



IPG Politécnico
|da|Guarda
Polytechnic
of Guarda

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Licenciatura em Gestão

Renato Figueiredo Martins

dezembro | 2017





ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

RENATO FIGUEIREDO MARTINS

1011669

Relatório para Obtenção do Grau de Licenciado em Gestão

DEZEMBRO DE 2017



**MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES &
ASSOCIADOS,
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

RENATO FIGUEIREDO MARTINS

1011669

Relatório para Obtenção do Grau de Licenciado em Gestão

DEZEMBRO DE 2017



Dedicatória:

*Á minha irmã por todo o apoio e incentivo
ao longo dos anos e por fazer da distância
uma barreira insignificante.*

*Aos meus pais por serem uns guerreiros e
um verdadeiro exemplo de dedicação,
esforço e muito trabalho diário.*



Ficha de Identificação

Aluno: Renato Figueiredo Martins

Número de Aluno: 1011669

Curso: Gestão

Estabelecimento de Ensino: Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda

Empresa Acolhedora: Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

Morada: Rua Batalha Reis, N°81, 2º Andar

6300-668 Guarda

Localidade: Guarda

Telefone: 271 227 303

Correio Eletrónico: vsroc@mail.telepac.pt

Sítio: www.mans-sroc.com

Supervisor: Nuno Filipe Furtado de Almeida Fragona

Grau Académico: Licenciatura

Duração do Estágio: 400 horas

Data de Início: 5 de Junho de 2017

Data de Fim: 14 de Agosto de 2017

Professor Orientador: Vítor Manuel de Sousa Gabriel

Grau Académico: Doutoramento



Agradecimentos

Chegado o momento de terminar esta tão importante etapa do meu percurso académico, é oportuno dedicar algumas palavras de agradecimento para com aqueles que contribuíram para o sucesso desta caminhada.

Ao Instituto Politécnico da Guarda, em especial à Escola Superior de Tecnologia e Gestão, agradeço por me terem recebido e tratado tão bem durante estes três anos. Conseguiram superar as minhas expectativas e acredito que têm capacidade para continuar a crescer e formar muito bons profissionais nas mais diversas áreas que lecionam.

Ao meu orientador, Professor Doutor Vítor Gabriel, por tão prontamente me ter aceite como seu orientando e ter batalhado e incentivado a melhorar este relatório quando a motivação para tal era já escassa. O seu empenho e dedicação foram cruciais para terminar este ciclo de estudos com sucesso.

Aos colaboradores da sede da empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC por me fazerem sentir parte da equipa desde o primeiro dia de estágio e por me ensinarem tanto durante estes meses de estágio. Levo comigo todos conhecimentos que partilharam, a experiência de trabalhar com uma equipa altamente qualificada e exigente e a memória da vossa boa disposição, acessibilidade e dedicação diária.

Aos meus pais, irmã e demais familiares que são, juntamente com as pessoas que se seguem, os alicerces da minha vida e os que mais contribuíram para o meu bem-estar. Uma palavra ainda mais especial aos meus pais por conseguirem com pouco fazer muito e permitirem a concretização dos meus sonhos.

Por fim aos meus amigos de sempre, e aos que vieram para ficar para sempre, pelo apoio e preocupação demonstrada para comigo e por todas as terapias de fim-de-semana passadas.

A todos, um muito Obrigado!



Plano de Estágio

O plano de estágio consiste na descrição das atividades a desenvolver pelo estagiário durante o período de permanência na entidade recetora. Para tal, o Dr. Nuno Fragona, orientador responsável pelo estagiário na empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, propôs o seguinte plano de estágio o qual foi aprovado pelo professor orientador, Doutor Vítor Gabriel. Durante o estágio, o plano não foi cumprido integralmente por fatores diversos que assim o não permitiram.

- a) Aprendizagem relativa à forma de organização da Contabilidade, nos termos dos planos de contas oficialmente aplicável, desde a receção dos documentos até ao seu arquivo, classificação e registo;
- b) Práticas de controlo interno;
- c) Apuramento de contribuição e impostos e preenchimento das respetivas declarações;
- d) Encerramento de contas e preparação das Demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o *dossier* fiscal;
- e) Preparação de informação contabilística para relatórios e análise de gestão;
- f) Identificação e acompanhamento relativo à resolução de questões de organização, com recurso a contactos com os serviços relacionados com a profissão.



Resumo

O Relatório apresentado, referente ao Estágio Curricular realizado na área de Auditoria Financeira, tem como propósito a obtenção do grau de Licenciado em Gestão pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda.

O Estágio Curricular foi realizado na empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., no período de 5 de junho de 2017 a 14 de agosto de 2017, contabilizando 400 horas.

A experiência de estágio é uma forma de testar as capacidades de trabalho, assim como os conhecimentos aprendidos ao longo da jornada educacional. Através desta, o estagiário tem possibilidade de dar os primeiros passos no mundo laboral e, desta forma, ganhar experiência e confiança, para mais tarde enfrentar o mesmo enquanto trabalhador. Estas foram as razões que contribuíram para a decisão de escolher o Estágio Curricular para o término deste ciclo de estudos, em vez de um Projeto Final de Curso.

As principais atividades desenvolvidas foram a aplicação de processos de auditoria na análise do Relatório e Contas. Durante o período de estágio destaca-se ainda a participação do estagiário no processo de Auditoria ao Projeto Inovação Produtiva, pertencente ao programa Portugal 2020.

Palavras – Chave: Auditoria, Gestão, Experiência, Portugal 2020, Relatório e Contas.

Jel Classification: M42 – Auditing



Glossário de Siglas

AFT – Ativo Fixo Tangível

AFI – Ativo Fixo Intangível

CAE – Classificação da Atividade Empresarial

CSC – Código das Sociedade Comercias

DRA – Diretriz de Revisão/Auditoria

EBDITA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

IRC – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas

ISA – *International Statements on Auditing*

IVA – Imposto de Valor Acrescentado

MAJNVS – Marques de Almeida, João Nunes, Victor Simões

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NIPC – Número de Identificação de Pessoa Coletiva

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*

RAI – Resultado Antes de Imposto

ROC – Revisor Oficial de Contas

SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SOA – *Sarbanes-Oxley Act*



Índice

Índice de Figuras	VIII
Índice de Gráficos.....	VIII
Índice de Anexos	VIII
Introdução.....	1
Capítulo I – A MAJNVS	2
1.1. Nota Introdutória	3
1.2. Identificação da Empresa.....	3
1.3. Historial da Sociedade	4
1.4. Estrutura Organizacional da MAJNVS	6
1.5. Caracterização da Atividade da MAJNVS	8
1.6. Os Clientes da MAJNVS	9
Capítulo II – A Auditoria	13
2.1. Nota Introdutória	14
2.2. Evolução Histórica da Auditoria no Mundo.....	14
2.3. Auditoria Financeira	17
2.4. Organismos e Normas de Auditoria	17
Capítulo III – O Estágio	19
3.1. Nota Introdutória	20
3.2. Arquivo Corrente e Arquivo Permanente.....	20
3.3. Balancete	24
3.3.1. Circularizações	25
3.3.2. Antiguidade de Saldos	26
3.4. Relatório e Contas	29
3.4.1. Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo.....	30
3.4.2. Relatório de Gestão e respetivo Anexo	38
3.5. Mafin 2017	40
3.6. Projeto Inovação Produtiva	42
Conclusão	44
Bibliografia.....	46
Anexos.....	49



Índice de Figuras

Figura 1 - Logótipo da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.	4
Figura 2 - Identidade da Empresa.....	5
Figura 3 - Estrutura da Sociedade	6
Figura 4 - Organograma da Sede.....	7
Figura 5 - Serviços disponibilizados pela MAJNVS.....	8
Figura 6 - Constituintes do Arquivo Corrente e Arquivo Permanente.....	22
Figura 7 – Exemplos de Provas usadas na verificação do Balancete	24
Figura 8 - Exemplo de Balancete com Antiguidade de Saldos de Clientes	27
Figura 9 - Exemplo de Mapa de Antiguidade de Saldos	28
Figura 10 - Critérios da divisão para Ativo e Passivo Corrente	31
Figura 11 - Exemplo da Contabilização da Conta 24.....	32
Figura 12 - Exemplo de Balanço preenchido com os saldos da conta 24	33
Figura 13 - Exemplo de Balanço	34
Figura 14 - Exemplo de Demonstração de Resultados por Natureza.....	36
Figura 15 - Exemplo de Demonstração de Alteração de Capital Próprio	37
Figura 16 - Balancete padrão disponibilizado para as contas das Classes 6 e 7	41
Figura 17 - Balancete padrão disponibilizado para as contas das Classes 1, 2, 3, 4 e 5 42	
Figura 18 - Carimbo usado na Certificação das faturas	43

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Número de Clientes da MAJNVS.....	9
Gráfico 2 – Composição dos Clientes da MAJNVS em Entidades Privadas e Públicas 10	
Gráfico 3 – Atividade Empresarial dos Clientes	11
Gráfico 4 - Composição Geográfica dos Clientes	12

Índice de Anexos

Anexo 1 - Modelo usado pela MAJNVS para a Organização do Arquivo Corrente	50
Anexo 2 - Exemplo de Minuta de pedido de confirmação externa.....	52



Anexo 3 - Exemplo de Mapa de Circularizações	54
Anexo 4 - Mafin 2017	55



Introdução

O presente Relatório de Estágio foi elaborado no seguimento da realização do Estágio Curricular na empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., de agora em diante designada MAJNVS, para a obtenção do grau de Licenciado em Gestão pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda.

A escolha para o término da parte letiva da licenciatura de Gestão, seguiu-se de Estágio Curricular, de forma a colocar em prática e desenvolver os conhecimentos adquiridos ao longo dos últimos três anos, assim como testar a capacidade de trabalho. A área escolhida foi a de Auditoria, pelo interesse e curiosidade desenvolvidos durante a Unidade Curricular de Auditoria Financeira. O estágio decorreu entre 5 de junho de 2017 e 14 de agosto de 2017, totalizando 400 horas.

A estrutura do Relatório será composta por 3 Capítulos e será inteiramente dedicada à sede da entidade com exceção da história da mesma.

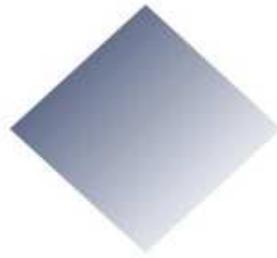
No primeiro capítulo será feita a identificação e a caracterização da empresa recetora, assim como uma análise à carteira de clientes.

O segundo capítulo será apresentado o enquadramento teórico relativamente à área de Auditoria.

O terceiro capítulo será dedicado à componente prática em que o estagiário esteve envolvido. Por cada atividade realizada será feito um enquadramento relativo aos principais conceitos, uma descrição das atividades e por fim uma exposição das principais dificuldades sentidas, no caso de terem existido.

0

Por último, serão apresentadas as Conclusões finais, da qual fará parte uma análise e consequente autoavaliação do desempenho relativo ao Estágio Curricular e respetivo Relatório de Estágio.



Capítulo I – A MAJNVS



Caracterização da Empresa Recetora



1.1. Nota Introdutória

O capítulo que se segue inclui a Identificação, apresentação da atividade profissional e ainda uma análise estatística à carteira de clientes da MAJNVS.

1.2. Identificação da Empresa

Designação Social: Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC): 505 261 898

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC): SROC n° 176

Classificação de Atividade Económica (CAE): 69200 - Atividades de Contabilidade e Auditoria; Consultoria fiscal

Capital Social: 50.000 Euros

Sócios:

Dr. Bruno José Machado de Almeida, ROC n° 1407

Dr. João Andrade Nunes, ROC n° 1062

Dr. José Joaquim Marques de Almeida, ROC n° 571

Dr. Nuno Fragona, CC n° 50733

Dr. Victor Manuel Lopes Simões, ROC n° 780

Endereços:

- Delegação da Guarda:

Rua Batalha Reis, n° 81, 2° Andar 6300 - 668 Guarda

Telefone: +351 271 227 303 Fax: +351 271 227 304

Email: vsroc@mail.telepac.pt



- Delegação de Coimbra:

Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - Ed. Mondego - Sala 101 3000-178 Coimbra

Telefone: +351 239 821 777 Fax: +351 239 841 027

Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

- Delegação de Viseu:

Rua Arrabalde, Lote 1, Rés de Chão, Letra C 3500-084 Viseu

Telefone: +351 232 435 277 Fax: +351 232 435 279

Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

Logótipo da Empresa:

Figura 1 - Logótipo da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.



Fonte: Disponibilizado pela MAJNVS (2017).

1.3. Historial da Sociedade

A sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, F. Tavares & Associados, SROC, Lda. deu início à sua atividade no ano de 1999 e foi inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 176. No começo da sua atividade, tinha a natureza jurídica de Sociedade por Quotas e dela faziam parte três sócios. A sociedade contava com duas delegações, em Coimbra e em Viseu, sendo que a primeira era a sede da sociedade.

No decorrer do ano de 2001, a sociedade sofreu alterações com a saída de um sócio e consequente incorporação de um novo, o Dr. Victor Simões. A designação da “firma” foi também alterado para Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, Lda., mantendo-se a sua natureza jurídica inalterada. A estrutura da sociedade sofreu também alterações, com a abertura de uma nova delegação na cidade da Guarda, representada pelo Dr. Victor Simões. As restantes delegações de Coimbra e Viseu



mantiveram as suas atividades e os seus representantes, o Dr. Marques de Almeida e o Dr. João Nunes, respetivamente.

No ano de 2009, a natureza jurídica foi alterada para Sociedade Anónima e teve ainda a entrada de dois novos sócios, o Dr. Bruno de Almeida e o Dr. Nuno Fragona. A Estrutura Organizacional da Empresa passou a ter o Dr. Victor Simões e o Dr. Nuno Fragona a representar a delegação da Guarda, que passou também a ser a sede da entidade. O Dr. Marques de Almeida e o Dr. Bruno de Almeida passaram a representar a delegação de Coimbra, enquanto o Dr. João Nunes continuou a ser o representante da delegação localizada na cidade de Viseu.

Após 18 anos de muita experiência profissional, a MAJNVS é hoje uma referência no mercado nacional, em especial na região centro. Os elevados padrões de excelência que alcançou, em resultado do seguimento dos seus valores e do cumprimento das suas responsabilidades para com os seus clientes, ano após ano, fazem da empresa um caso de sucesso, que se perspetiva para o futuro e que provam que a dedicação e o compromisso com os clientes são apostas ganhas, no que à gestão de uma empresa se refere. Na Figura 2 são apresentadas a Missão, Valores, Responsabilidade e Espírito de Equipa, pela qual a MAJNVS rege a sua conduta.

Figura 2 - Identidade da Empresa

MISSÃO	VALORES	RESPONSABILIDADE	ESPIRÍTO DE EQUIPA
Auxiliar os nossos clientes a serem mais eficientes e a criarem valor para os seus stakeholders.	Dedicação ao cliente. A nossa atividade é orientada para atender às necessidades e preocupações dos nossos clientes.	Rigor, profissionalismo e integridade no relacionamento com os nossos clientes e demais parceiros.	Partilhar, informar, comunicar e entender o trabalho individual como parte do todo.

Fonte: <http://www.mans-sroc.com/> (2017).



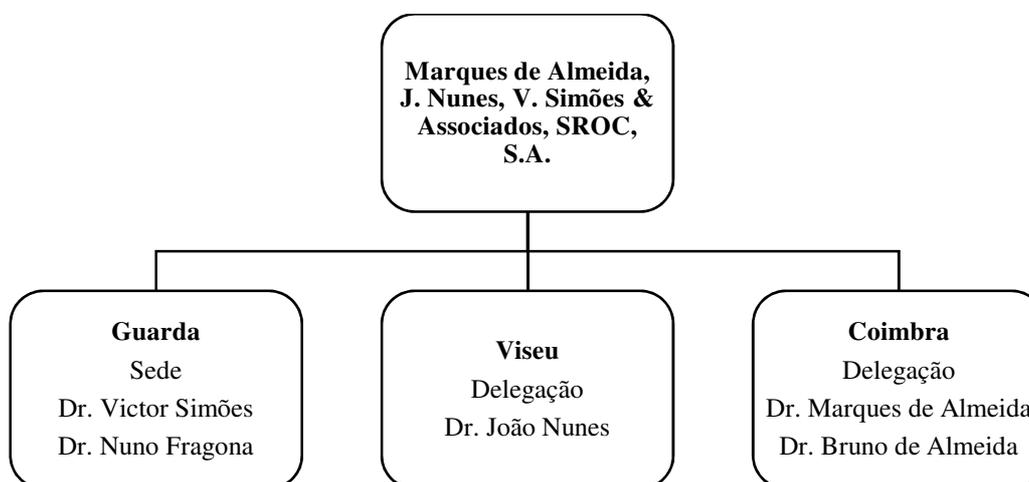
1.4. Estrutura Organizacional da MAJNVS

A Estrutura Organizacional de uma empresa segundo Robbins (2006; 171) a “*Forma como as empresas se articulam para desenvolver as suas atividades.*”. A partir desta, são definidos os cargos e funções de cada elemento desta estrutura, para que o funcionamento da atividade seja o mais fluído possível.

A MAJNVS está presente um pouco por toda a zona centro do país. A Figura 3 mostra as delegações que a empresa possui e que lhe permitem alcançar um vasto raio geográfico e manter a proximidade com os seus clientes. A operar a partir de localizações empresarialmente estratégicas, como é o caso das cidades de Coimbra, Guarda e Viseu, a empresa detém uma carteira profissional de clientes vasta e diversificada.

Apesar de ser uma sociedade composta por 3 delegações, cada uma delas é autónoma e independente possuindo uma carteira de clientes individual.

Figura 3 - Estrutura da Sociedade



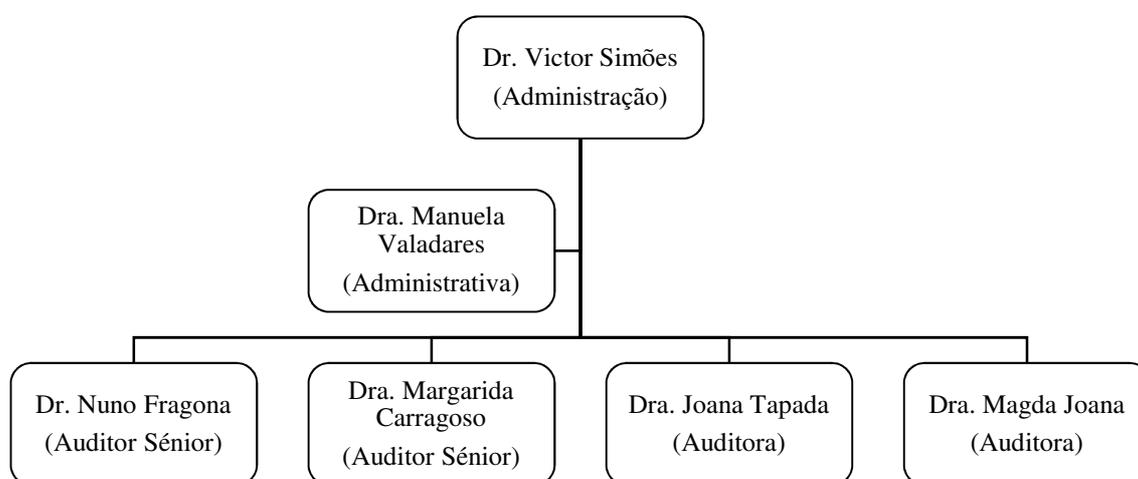
Fonte: Elaboração Própria (2017).

O quadro de profissionais MAJNVS é altamente qualificado e encontra-se em constante formação. Fazem parte dos recursos humanos da sede da empresa dois Revisores Oficiais de Contas (o Dr. Victor Simões e a Dra. Margarida Carragoso), dois Contabilistas Certificados (o Dr. Nuno Fragona e a Dra. Magda Joana), e ainda dois elementos



licenciados em Contabilidade (a Dra. Joana Tapada) e Secretariado (Dra. Manuela Valadares). A estrutura dos colaboradores que fazem parte da sede da empresa, assim como o cargo de cada um, está representada na Figura 4 assim como o cargo de cada um. Além dos colaboradores referidos, a MAJNVS reconhece a importância de apoiar jovens em início de carreira e por isso recebe estagiários de variadas instituições de ensino superior, ao longo do ano, para que estes possam testar os seus conhecimentos e capacidades de trabalho, e ainda adquirir conhecimentos práticos e métodos de trabalho.

Figura 4 - Organograma da Sede



Fonte: Elaboração Própria (2017).

O responsável máximo desta delegação é o Dr. Victor Simões e é também quem gere e toma as decisões dentro da sede. Segue-se o Dr. Nuno Fragona e a Dra. Margarida Carragoso, na hierarquia, como Auditores Sénior¹. Fazem parte ainda a Dra. Joana Tapada e a Dra. Joana Magda como Auditoras Júnior². A assistir todos os elementos anteriormente referidos está a Dra. Manuela Valadares como Administrativa.

¹ O Auditor Sénior é um profissional com mais anos de carreira e que se refletem no nível de experiência que este possui. Enquanto Auditor Sénior este tem a seu cargo mais responsabilidades e responde perante o Diretor de Auditor que é quem supervisiona todos os elementos de Auditoria da empresa. (Top Accounting Degree).

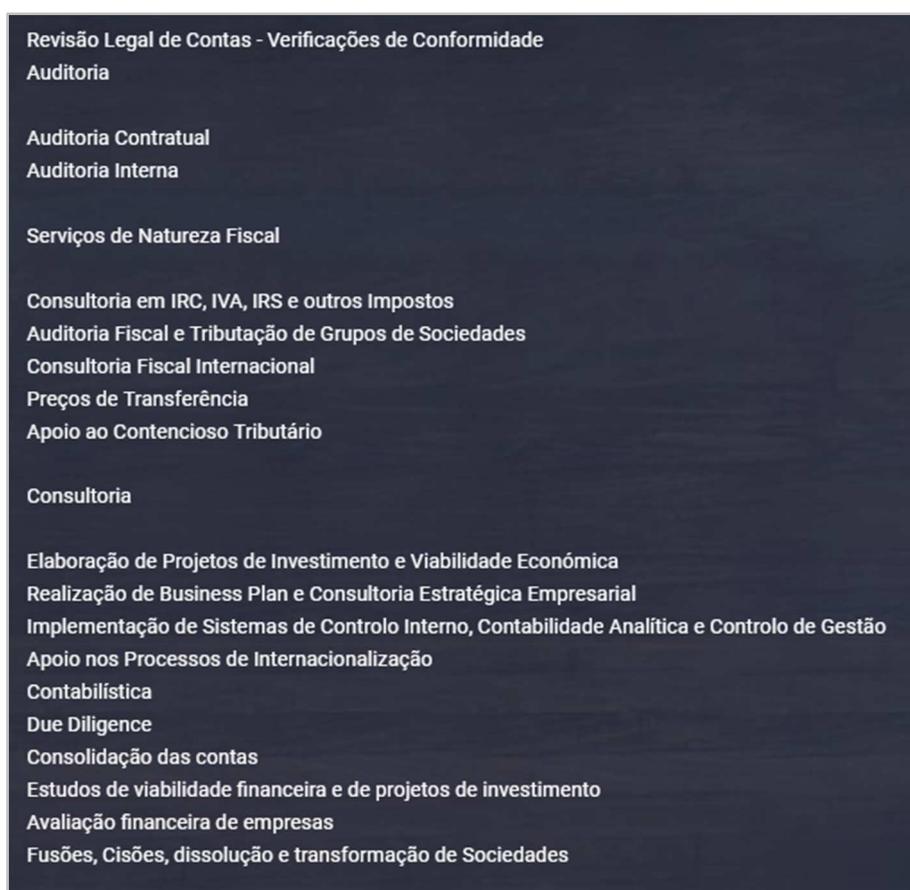
² O Auditor Júnior é um profissional em início de carreira na área de Auditoria e como tal tem as suas responsabilidades ajustadas ao seu nível de experiência. Este assiste e ajuda o Auditor Sénior que por norma é também o seu responsável na empresa. (Top Accounting Degree).



1.5. Caracterização da Atividade da MAJNVS

A MAJNVS oferece uma variada lista de serviços que disponibiliza no seu *site*, como é possível verificar na Figura 5. Do conjunto de serviços apresentados, destacam-se os serviços de Auditoria e de Revisão Legal de Contas, por serem os mais procurados pelo público-alvo. De referir ainda a diversidade de serviços que a empresa presta e que mostra a preparação e experiência que os colaboradores têm.

Figura 5 - Serviços disponibilizados pela MAJNVS



Fonte: <http://www.mans-sroc.com/> (2017).

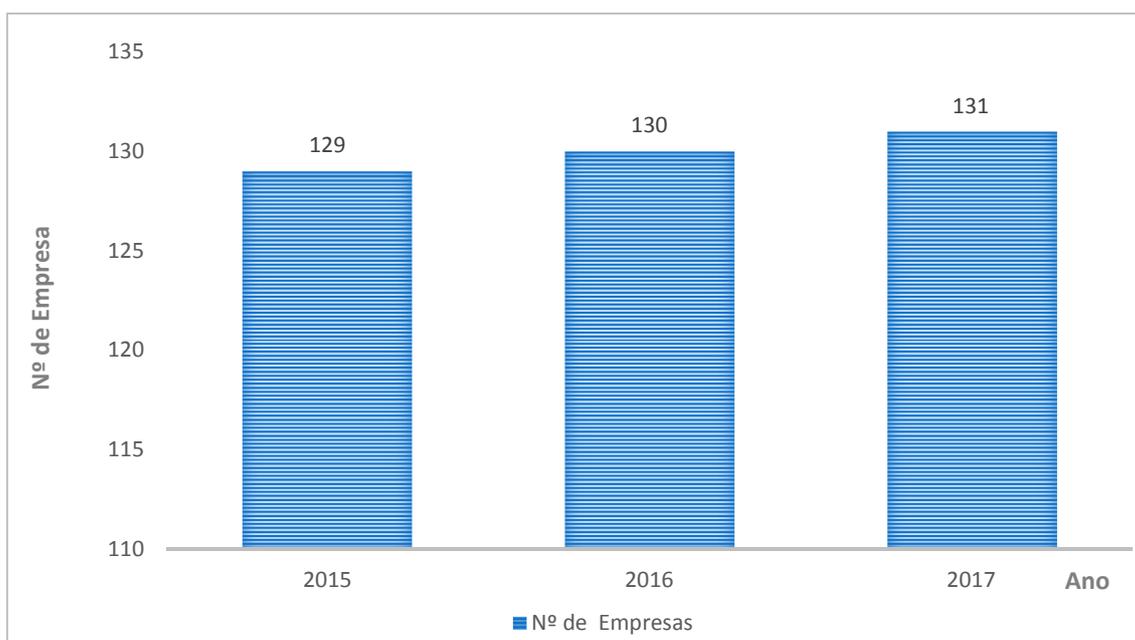


1.6. Os Clientes da MAJNVS

A MAJNVS, tal como já foi referido anteriormente, é composta por 3 diferentes filiais, sendo que cada uma destas tem a sua própria carteira profissional de clientes. No presente ponto será apresentada a análise e evolução dos clientes da delegação da cidade da Guarda, referente aos últimos 3 anos de atividade profissional.

O número de clientes por ano tem aumentado gradualmente, sendo que a maioria destes transitaram de anos anteriores, o que demonstra a confiança que têm no trabalho desenvolvido pela empresa. O Gráfico 1 apresenta a evolução positiva do número total de clientes com um aumento de 0,8% ao ano.

Gráfico 1 - Evolução do Número de Clientes da MAJNVS

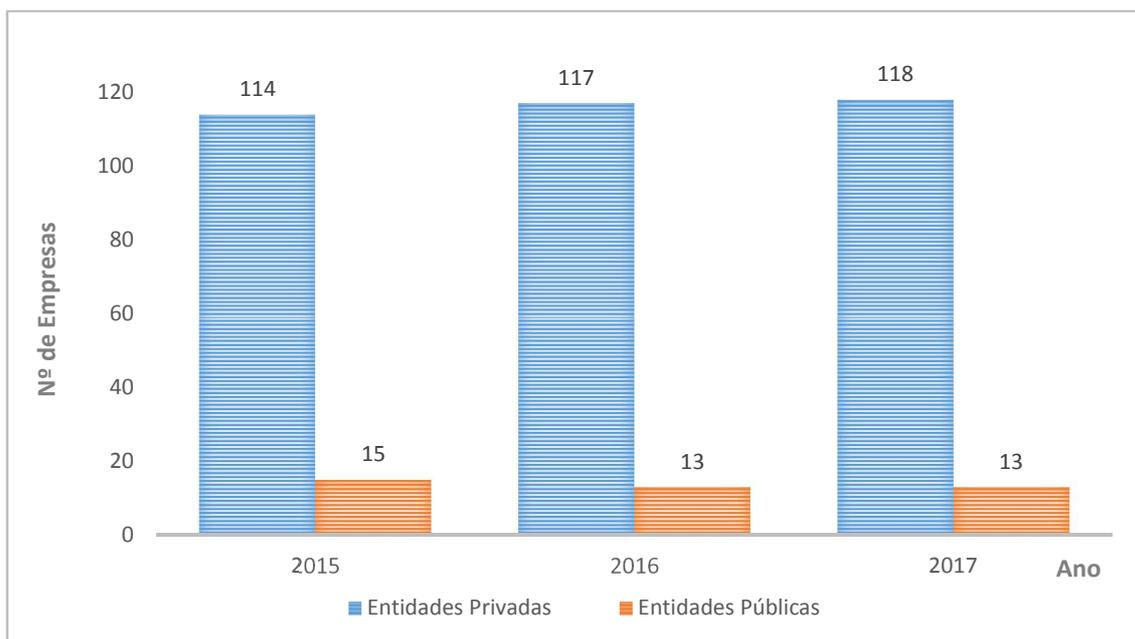


Fonte: Elaboração Própria (2017).

Os clientes da MAJNVS são tanto Entidades Privadas como Públicas, sendo que, atualmente, as primeiras são as mais representativas. O Gráfico 2 é referente ao número de Entidades Privadas e Públicas nos diferentes anos, às quais a MAJNVS prestou e presta serviços. Da análise dos 3 anos, conclui-se que anualmente mais de 85% dos clientes são Entidades Privadas, enquanto os restantes 15% são correspondentes a Entidades Públicas.



Gráfico 2 – Composição dos Clientes da MAJNVS em Entidades Privadas e Públicas

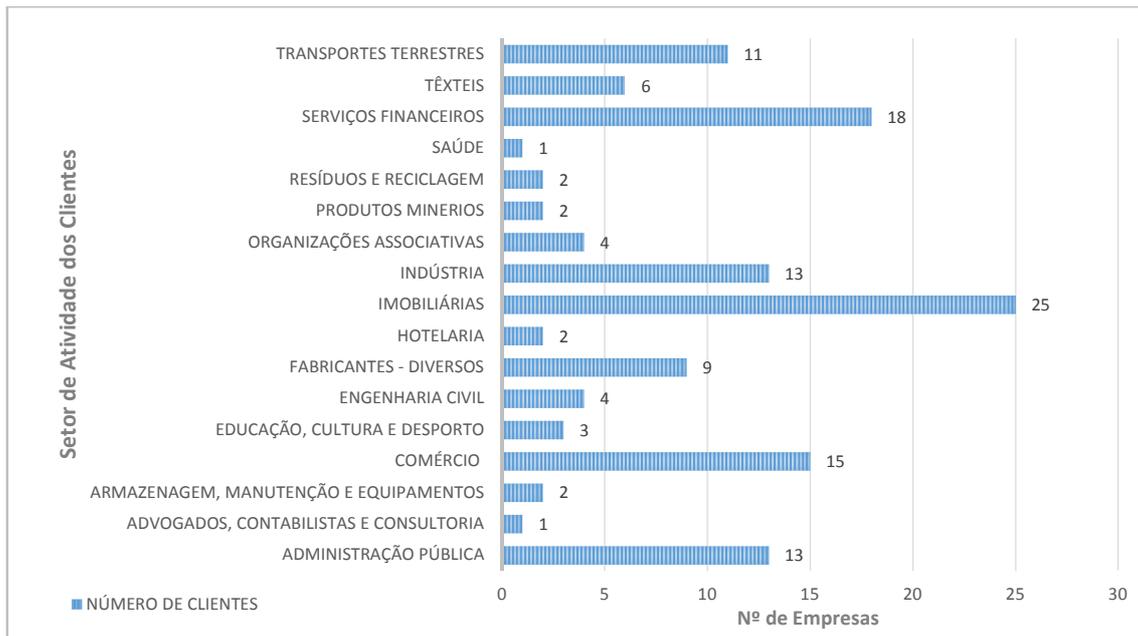


Fonte: Elaboração Própria (2017).

Os setores de atividades dos Clientes são bastante diversificados como demonstra o Gráfico 3. Ao longo do ano, a equipa da MAJNVS trabalha para empresas que pertencem a diferentes ramos empresariais, sendo que os mais representativos são as empresas de Serviços Financeiros, de Comércio e Imobiliárias. Apesar de apenas representar cerca de 15% do total do número de clientes, a Administração Pública é a quarta entidade mais representada. Estes dados são bastante esclarecedores quanto à qualidade, especialização e versatilidade que a equipa possui, ao conseguir conjugar os conhecimentos necessários para o tratamento dos processos de Auditoria de entidades com áreas de atividades bastante distintas.



Gráfico 3 – Atividade Empresarial dos Clientes

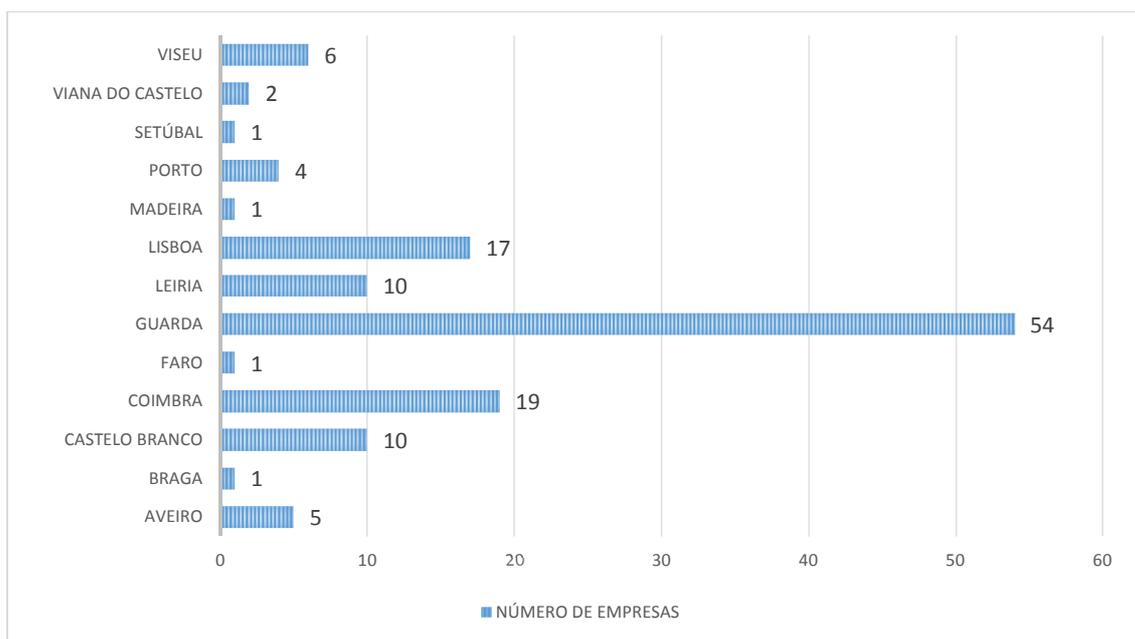


Fonte: Elaboração Própria (2017).

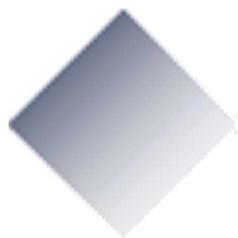
A localização dos Clientes é também bastante variada, sendo que a grande maioria pertence à zona Centro. O Gráfico 4 apresenta os diferentes distritos e respetivo número de clientes, que a partir destas operam. O distrito da Guarda é o que tem a maior representatividade (54 clientes), seguido dos distritos de Coimbra (19 clientes) e Lisboa (17 clientes). A MAJNVS pauta o seu trabalho pela dedicação e responsabilidade, de forma a honrar o compromisso de rigor, profissionalismo e integridade no relacionamento com os seus clientes. A competitividade imposta, assim como todos os fatores anteriormente referidos, transmitem às empresas confiança e estabilidade necessárias para que estas optem pela MAJNVS no momento de contratar um serviço de auditoria. Prova do que anteriormente é descrito são os 60% dos clientes da MAJNVS que não pertencem ao distrito da Guarda, mas que ainda assim preferem recorrer à delegação desta cidade para tratar dos seus processos de auditoria. De referir ainda a localização de um cliente no arquipélago da Madeira e, ainda um outro, no distrito de Faro. Estes são dados que dão destaque à MAJNVS no panorama nacional, onde a concorrência é significativa e com tendência a aumentar.



Gráfico 4 - Composição Geográfica dos Clientes



Fonte: Elaboração Própria (2017).



Capítulo II – A Auditoria



Enquadramento Teórico sobre Auditoria



2.1. Nota Introdutória

Nos pontos seguintes será apresentada um breve enquadramento relativo à área de Auditoria. Deste farão parte uma síntese da Evolução Histórica da Auditoria no Mundo a definição de Auditoria, e ainda, uma abordagem aos organismos e normas de Auditoria.

2.2. Evolução Histórica da Auditoria no Mundo

De acordo Costa (2010:55) *“há conhecimento que por volta do ano de 4000 antes de Cristo se efetuavam auditorias na Babilónia, na China e no Egipto sobretudo relacionadas com a cobrança de impostos e com o controlo dos armazéns dos faraós”*. Ainda segundo registos bíblicos, também era comum, durante o Império Romano, nomear funcionários para a realização de auditorias aos impostos cobrados nas províncias.

No entanto, e apesar de todos estes registos, a auditoria como é atualmente entendida apenas teve o seu início na Grã-Bretanha, posteriormente à revolução industrial e como resultado desta. O aumento do tecido empresarial e conseqüente aumento da necessidade de grandes investimentos despoletaram a implementação de medidas de controlo interno mais eficientes e a criação de procedimentos contabilísticos, na parte final do século XIX. Acrescido ainda do facto de muitas das empresas serem sociedade de responsabilidade limitada, a partir de 1900, passou a ser obrigatório, na Grã-Bretanha, a auditoria às demonstrações financeiras apresentadas aos acionistas como medida de proteção dos investidores. (Costa,2010:56;Almeida, 2014:8; Alves, 2015:29 e 30).

Até 1920, era reconhecida a responsabilidade dos auditores na deteção e prevenção de fraudes, no entanto após esse ano deixou de ser do entendimento dos profissionais de auditoria essa mesma responsabilidade, alegando que o seu dever era de credibilizar os relatórios financeiros apresentados pelos órgãos de gestão. O resultado deste acontecimento foi a criação de sistemas de controlo interno *“ (...) para controlarem as atividades dos empregados e prevenirem e detetarem erros e irregularidades nos registos contabilísticos (...) ”*, como refere Almeida (2014:8). O crescimento económico verificado da década de 1920 resultou no aumento do número e dimensão das empresas que inevitavelmente protagonizaram o aumento do número de transações, assim como a



complexidade destas, tornando-se impossível para os auditores verificarem cada uma delas. Todos estes fatores contribuíram para que os auditores passassem a “ (...) *a avaliar os sistemas de controlo interno e a adotar amostragem na análise dos registos contabilísticos.*” (Almeida, 2014: 9).

Durante a década de 1960, tanto nos Estados Unidos da América como na Europa, começou a ser posto em causa, pela sociedade, a escusa de responsabilidade na deteção de fraudes por parte dos auditores. Alguns autores da época chegaram mesmo a afirmar que a utilidade da auditoria era pouca se esta não tivesse como propósito a deteção de fraudes. Como forma de resposta às críticas que os profissionais de auditoria enfrentavam, durante a condução das auditorias, passou a ser prestada atenção a indícios de fraude, ainda que os auditores não assumissem a totalidade desta responsabilidade (Almeida, 2014:9).

O fim da década de 1990, início da década de 2000, ficou marcada pelos primeiros casos de falência de grandes empresas, principalmente nos Estados Unidos da América, mas também noutras partes do mundo como em Itália ou na República da Singapura, de onde surgiram informações relativamente ao fornecimento de outros serviços, para além dos de auditoria, que representavam honorários superiores aos do seu principal serviço, a Auditoria. Estes acontecimentos condicionavam a independência dos auditores no momento de auditar e de expressar a sua real opinião relativamente às contas que lhe eram apresentadas.

Motivado pelos escândalos financeiros desta altura, de entre os quais a falência da Enron³, uma das maiores empresas em termos de capitalização bolsista, e que arrastou consigo a Arthur Anderson, uma das maiores empresas de auditoria a nível mundial e que constituía as *Big Five*⁴, foi criada, nos Estados Unidos da América, a *Lei Sarbanes-Oxley Act*

³ Empresa norte americana, distribuidora de energia elétrica, que manipulou as suas contas de modo a apresentar lucro e convencer o público e os seus próprios funcionários a comprar de ações enquanto os executivos vendiam as posições com base na informação privilegiada a que tinham acesso. Meses antes de abrir falência tinham recebido uma opinião limpa por parte da Arthur Anderson, empresa de auditoria contratada por estes. [<http://observador.pt/especiais/os-grandes-escandalos-empresariais-dos-ultimos-20-anos/>]

⁴ Nomenclatura usada para se referir às 5 maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo da altura. Atualmente são EY, PwC, Deloitte e KPMG e são conhecidas por *Big Four*.



(SOA). (Costa,2010:56; Alves, 2015:29 e 30). O propósito desta Lei, tal como Almeida (2014:11) refere, era de “ (...) *restaurar a confiança dos investidores e impulsionar o mercado de capitais.*”. Com a aprovação desta Lei passaram a existir amplos e variados deveres e penalizações aplicados aos intervenientes das atividades de prestação de contas. Ainda no seguimento desta Lei, foi criado o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB). O objetivo deste organismo era de acabar com a autorregulamentação dos auditores, que criavam normas pelas quais o seu trabalho se regia. O PCAOB era, e é atualmente, responsável pela criação de normas e padrões éticos, que reforçam a independência dos auditores no exercício das suas funções no caso das “(...) *empresas cotadas em bolsa ou emitentes de títulos de imobiliários (...)*”, Almeida (2014:12). No entanto, esta situação teve repercussões para as demais empresas que começaram a seguir a regulamentação do PCAOB, devido às exigências que os mercados começaram a apresentar.

Mais tarde em 2007, as atenções da opinião pública voltaram-se outra vez a debruçar sobre os auditores, após mais um escândalo financeiro, desta vez envolvendo instituições de crédito, que concediam empréstimos hipotecárias de alto risco. O facto de não ter havido nenhuma chamada de atenção para o risco de falência ou de possível necessidade de resgate destas instituições, pouco tempo depois das mesmas terem recebido uma opinião limpa por parte das empresas de auditoria, motivou, de novo, o debate sobre o papel que o auditor desempenha nas empresas assim como da sua independência. Posteriormente a este acontecimento, conhecido como crise do *subprime*⁵, a Comissão Europeia publicou, em 2010, o Livro Verde⁶, devido à “*necessidade urgente de estabilizar o sistema financeiro*”, assim como de debater temas referentes à atividade e gestão das empresas de auditoria, e de regulamentação do mercado de prestação de serviços desta natureza entre outros. (Costa, 2010:58).

⁵ Crise ocorrida entre 2007 e 2010 devido à descida dos preços das casas que gerou uma bolha imobiliária e que levou algumas das instituições bancárias mais prestigiadas dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA à falência por conta dos empréstimos hipotecários que concederam.

⁶ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0561:FIN:PT:PDF>



2.3. Auditoria Financeira

Alves (2015:34) refere que *“a auditoria financeira é uma atividade de realização, de acordo com certas normas, de exames independentes, objetivos e competentes, a conjuntos de demonstrações financeiras e a toda a documentação de suporte às mesmas, conduzida com a intenção de exprimir uma opinião sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o desempenho da entidade.”*. Depreende-se então desta definição, que o profissional de auditoria, com o seu trabalho, valoriza, em termos de credibilidade, as demonstrações financeiras. Conclui-se ainda que as atuais definições sobre a auditoria financeira distanciam-se das anteriormente aceites, que estabeleciam como objetivo principal a descoberta e o reporte de fraudes. Ainda assim, é aceite que o auditor, no decorrer do processo de auditoria, se depare com uma possível situação de fraude, na qual tem responsabilidade de denunciar sendo esta situação uma consequência do seu trabalho e não o objetivo primordial da auditoria.

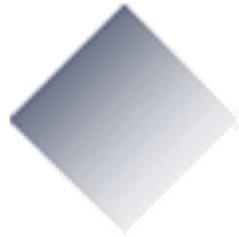
É, portanto, do interesse da empresa o trabalho realizado pelo auditor, na medida em que, como Almeida (2014:3) refere a auditoria é *“(…) um processo de recolha de provas para atestar as asserções (efetuadas pelo órgão de gestão), contidas nas demonstrações financeiras, com vista à avaliação das mesmas tendo por base as normas contabilísticas e outros referenciais, comunicando as suas conclusões aos utilizadores da informação financeira.”*. Através da opinião que o auditor expressa no seu relatório, com base no trabalho de verificação das afirmações do órgão de gestão, a empresa poderá beneficiar no momento de apresentar essas mesmas conclusões a terceiros, como sejam instituições bancárias no momento de pedir um crédito ou outros, na medida em que o parecer é elaborado por uma pessoa externa à empresa.

2.4. Organismos e Normas de Auditoria

Atualmente existem diversos organismos encarregues de emitir as normas de Auditoria. Estas normas serviram de guia para o Auditor uma vez que ditam as regras pelas quais este irá avaliar as Demonstrações Financeiras.



Embora existam diversos organismos emissores de normas uns são considerados de maior importância para a área de Auditoria quer pela sua história quer pelos feitos já alcançados. Um desses organismos é o *International Federation of Accountants* (IFAC) responsável por emitir normas de auditoria e contabilidade internacionais que depois devem ser aplicados pelos países.



Capítulo III – O Estágio



Atividades desenvolvidas durante o estágio



3.1. Nota Introdutória

Os pontos que aqui se apresentam são referentes às atividades desempenhadas ao longo do período de estágio na MAJNVS. Em cada ponto é feito um enquadramento e descrição da atividade realizada e apresentação de exemplos sempre que possível. De referir que os exemplos apresentados dizem respeito a vários clientes da MAJNVS e que por isso não têm nenhuma ligação entre eles. No final, são reportadas as dificuldades enfrentadas, caso tenham existido.

3.2. Arquivo Corrente e Arquivo Permanente

A DRA 230 é uma diretriz que pretende orientar o Auditor no arquivamento dos documentos resultantes do seu trabalho de auditoria. Segundo a DRA 230 “1. A norma de trabalho de campo constante do parágrafo 19 das Normas Técnicas de Revisão/Auditoria dispõe o seguinte:

19. O revisor/auditor deve obter prova de revisão/auditoria apropriada e suficiente, através de inspeções, observações, indagações, confirmações, cálculos e procedimentos analíticos, cuja realização e conclusões devem ser adequadamente documentadas por forma a suportar a sua opinião.”.

Como tal, todas as provas recolhidas devem ser guardadas em arquivo, para a eventualidade de defender a opinião do auditor.

A forma de guardar tais documentos é através de Arquivo Corrente e Arquivo Permanente. O Arquivo Corrente tem como propósito armazenar os documentos referentes ao período de relato a ser tratado, ou seja, são incluídas as provas e conclusões obtidas no dia-a-dia do auditor. O Arquivo Permanente deve conter apenas documentos gerais, atualizados, relativos ao cliente e que se perpetuam no tempo. Estes dois Arquivos completam-se, uma vez que o Arquivo Permanente contém dados relativos aos anos anteriores assim como do período a ser tratado e o Arquivo Corrente apenas contém informação do período de relato.

A DRA 230 refere que “os papéis de trabalho são propriedade do revisor/auditor, o qual deve adotar procedimentos apropriados quanto à manutenção da sua confidencialidade



e guarda segura, retendo-os por um período de tempo suficiente de acordo com as suas necessidades e os requisitos legais e profissionais.”

Na MAJNVS o Arquivo Corrente é mantido na empresa durante um prazo de 4 anos. Após este tempo, é transportado para um armazém da empresa, onde fica guardado durante 10 anos. No fim destes anos, os arquivos são destruídos e entregues para reciclagem. O Arquivo Permanente é guardado por tempo indefinido, quer seja na empresa ou no armazém da empresa.

A DRA 230 sugere alguns elementos que devem constar tanto do Arquivo Corrente como do Arquivo Permanente como mostra a Figura 6.



Figura 6 - Constituintes do Arquivo Corrente e Arquivo Permanente

Arquivo Corrente	Arquivo Permanente
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos riscos de controlo e inerentes e sua actualização. • Análise de rácios e tendências significativos. • Apreciação do trabalho e das conclusões atingidas pela auditoria interna. • Planeamento e programas de revisão/auditoria descrevendo os procedimentos a serem executados e as alterações neles introduzidas. • Análise de transacções e saldos. • Registo da natureza e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria realizados e dos respectivos resultados, indicando quem os executou e quando • Prova de que o trabalho realizado por colaboradores foi sujeito a supervisão e análise. • Lista dos procedimentos aplicados no caso de componentes (sucursais, filiais, etc.) examinados por outros revisores/auditores. • Correspondência trocada com outros revisores/auditores, peritos ou terceiros. • Correspondência ou notas respeitantes a assuntos comunicados ou debatidos com os devidos responsáveis da entidade. • Declaração da entidade referida no parágrafo 20 das Normas Técnicas de Revisão/Auditoria. • Conclusões a que o revisor/auditor chegou relativamente aos aspectos significativos do seu trabalho, incluindo como tratou as excepções e os acontecimentos não usuais. • Cópia das demonstrações financeiras objecto de revisão/auditoria. • Cópia dos relatórios emitidos pelo revisor/auditor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cópia do contrato social e de outros documentos legais que regem a actividade da entidade. • Informação respeitante ao sector e aos ambientes económico e jurídico em que a entidade opera. • Organigrama mostrando as funções do órgão de gestão e a repartição de responsabilidades. • Extractos ou cópias de importantes contratos, acordos, actas e outros documentos. • Análise dos sistemas contabilístico e de controlo interno. • Carta de compromisso e resposta do cliente à mesma ou contrato, se exigível, evidenciando a forma como o revisor/auditor entende o seu trabalho. • Relações de domínio, controlo e associação com outras entidades. • Principais políticas contabilísticas adoptadas, rácios mais importantes e evolução do capital, dos resultados e das reservas. • Aspectos importantes ocorridos em cada revisão/auditoria e registo das decisões tomadas e sua justificação.

Fonte: DRA 230 (1998).



O estagiário teve, apenas, a oportunidade de participar na criação de novos Arquivos Correntes, uma vez que no período em que decorreu o estágio não foi necessário criar nenhum Arquivo Permanente.

A MAJNVS organiza o Arquivo Corrente de cada empresa-cliente em *dossier* individual, usando para tal separadores e etiquetas como apresentado em Anexo 1. Este *dossier* encontra-se dividido em duas Secções, a Administrativa e a de Trabalho.

Em primeiro lugar, na organização dos *dossiers* é colocada uma folha de rosto com a informação do que pode ser encontrado na Secção Administrativa e na Secção de Trabalho. Esta folha funciona como sendo um índice do *dossier*. Ambas as secções estão identificadas com números ou com letras, para facilitar a consulta. Após o índice/folha de rosto estão a Secção Administrativa e de Trabalho.

A Secção Administrativa é organizada através de numeração romana. Posteriormente, são colocadas em etiquetas. Nesta primeira parte do *dossier*, devem constar documentos relativos à auditoria a ser prestada, como sejam informações relativas ao planeamento das visitas, e informações relativas à empresa, como informações relativos à Administração e Órgãos de Gestão. Segundo o número 2 do artigo 262 “As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal (...)”. Como tal deve constar do Arquivo Permanente a declaração de aceitação que posteriormente é comunicada a OROC.

A Secção de Trabalho está estruturada em separadores de abas com letras maiúsculas referentes a cada secção. Esta parte do arquivo contém documentos recolhidos durante o exercício de auditoria, ao longo do período de relato. Estes documentos são as provas que servem de base à formulação da opinião do auditor e são referentes à atividade da empresa.

O estagiário ficou encarregue de ajudar a Dra. Manuela Valadares na criação destas pastas, assim como de fazer o transporte das mais antigas para o armazém da empresa.



3.3. Balancete

O Balancete é um instrumento financeiro, apresentado em formato de listagem, referente a um determinado período, onde constam os saldos credores e devedores das contas e os saldos de cada uma delas. Este documento apresenta a contabilidade da empresa e serve de base para o preenchimento das Demonstrações Financeiras.

Antes de serem analisadas as Demonstrações Financeiras, é necessário atestar a veracidade dos dados que constam do Balancete, como tal o trabalho do auditor deve incidir na obtenção de provas que posteriormente são arquivadas em *dossier* corrente. Na Figura 7 constam alguns exemplos de provas mais usados durante o período de estágio. Estas provas são obtidas junto das empresas-cliente ou então junto de terceiros, como é o caso dos Comprovativos de Pagamento da Segurança Social.

Figura 7 – Exemplos de Provas usadas na verificação do Balancete

Classe 1	<ul style="list-style-type: none"> ● Mapas de Caixa (Conta 11); ● Reconciliações Bancárias e Extratos Bancários (Conta 12 e 13).
Classe 2	<ul style="list-style-type: none"> ● Circularizações de Saldos (Conta 21,22,27 e 29); ● Comprovativos de Pagamento da Segurança Social (Conta 23); ● Comprovativos de Pagamento dos Impostos (Conta 24); ● Responsabilidades Bancárias (Conta 25); ● Contratos de Suprimentos (Conta 26).
Classe 3	<ul style="list-style-type: none"> ● Mapas de Inventários assinados pela gerência e acompanhamento no momento de contagem dos Inventários.
Classe 4	<ul style="list-style-type: none"> ● Contratos referentes a Investimentos Financeiros (Conta 41 e 42); ● Faturas de alienações de AFT e AFI (Conta 43 e 44);
Classe 5	<ul style="list-style-type: none"> ● Atas assinadas pela Administração que suportem os movimentos das contas de capital.
Classe 6	<ul style="list-style-type: none"> ● Mapas de Inventários assinados pela gerência e acompanhamento no momento de contagem dos Inventários (Conta 61); ● Recolha de faturas de FSE de amostra significativa(Conta 62); ● Processamento de Salários e Comprovativos de Pagamento da Segurança Social (Conta 63); ● Mapas de Amortização (Conta 64); ● Mapas de Menos Valias (68); ● Lançamentos Bancários referente a Juros (Conta 68 e 69).
Classe 7	<ul style="list-style-type: none"> ● Recolha de faturas de Vendas ou Prestação de Serviços de amostra significativa (Conta 71 e 72); ● Mapas de Mais Valias (Conta 78); ● Lançamentos Bancários referente a Juros (Conta 78 e 79).

Fonte: Elaboração Própria com base no site <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/52/Auditoria2.pdf> (2017).

O trabalho realizado pelo estagiário, referente a esta atividade, consistiu na verificação dos valores obtidos em cada prova com o que é apresentado no Balancete. No caso de haver discrepância de saldos entre os documentos, o estagiário era responsável por



reportar ao responsável que lhe atribuiu a atividade. Após confirmação de que realmente existe um erro, o auditor entra em contacto com a empresa cliente e esclarece a situação.

Nos pontos que se seguem são apresentados alguns dos processos realizados no sentido de obter provas que justifiquem os saldos das contas do Balancete.

3.3.1. Circularizações

As circularizações são um procedimento de obtenção de provas relativas a um determinado saldo, através de documento escrito solicitado a terceiros, de forma a confrontar a informação recebida com a que está presente no balancete. Este procedimento é feito de forma o mais independente possível à empresa auditada, por uma questão de não adulteração da informação que poderia induzir em erro o auditor.

Um exemplo de uma adulteração de informação durante um procedimento de circularização é o citado por Almeida (2014:192): *“Durante a realização de uma auditoria à Parmalat, o auditor circularizou o Bank of America, pedindo para este confirmar um saldo de \$3,2 mil milhões. A empresa interceptou o pedido de confirmação e respondeu pelo banco confirmando a existência desse saldo, quando ele não existia.”*

Para a realização deste procedimento, são selecionados, por amostragem, alguns saldos da rubrica de terceiros, para serem circularizados. Após a seleção, são enviadas cartas aos terceiros anteriormente selecionados, como mostra o Anexo 2, a pedir o extrato de conta referente à empresa auditada. Posteriormente, os dados recebidos são cruzados com os dados existentes no extrato entregue pela empresa-cliente referente ao fornecedor em questão. Após o cruzamento de dados, o(s) valor(es) que não tiverem correspondência são introduzidos em ficheiro Excel (ver Anexo 3), para se apurar a totalidade das diferenças. Desta análise podem surgir três tipos de resposta:

- Resposta Concordante – quando a resposta obtida comprova os dados em análise;
- Resposta Não Concordante – quando a resposta obtida difere dos dados em análise;
- Não respondeu – quando não é obtida qualquer tipo de resposta.



No caso de Resposta Não Concordante, devem ser realizadas reconciliações de saldos, de forma a apurar as diferenças. Como forma de comprovar as diferenças encontradas, devem ser recolhidas provas junto da entidade externa e da empresa auditada. No caso de a diferença ser materialmente relevante e não ser possível justificá-la a certificação legal de contas será emitida com uma reserva. O mesmo acontece quando após insistência quer por carta, por chamada telefónica, por correio eletrónico ou outros meios não seja obtida resposta aos pedidos efetuados, tanto por parte da empresa auditada como da entidade externa.

A principal dificuldade sentida durante a elaboração das circularizações foi perceber, em muitos casos, a que faturas correspondia cada pagamento, visto que muitas empresas liquidam vários saldos em atraso de uma só vez. De forma a contornar esta situação foram feitos testes de correspondência que envolvem testar todas as hipóteses de soma possíveis para que seja obtido o valor do pagamento.

3.3.2. Antiguidade de Saldos

A antiguidade de saldos é um teste realizado às contas “21 - Clientes” e “22 – Fornecedores”. Este teste resulta num mapa onde são reportados os saldos das contas anteriormente referidas, com uma duração igual ou superior a 1 ano. Contabilisticamente, através deste mapa, averigua-se a existência de saldos de cobrança duvidosa e se há necessidade de constituir ajustamentos, atendendo à incobrábilidade dos saldos e ao seu tempo de mora.

A realização desta atividade envolve a comparação das contas de clientes e de fornecedores pertencentes a dois balancetes, que tenham entre si um espaço temporal de 1 ano, como se mostra na Figura 8.



Figura 8 - Exemplo de Balancete com Antiguidade de Saldos de Clientes

31 de Dezembro de 2015					
Conta	Descricao	Debito_acu	Credito_ac	Saldo_deve	Saldo_cred
21111003650		22,86 €	0,00 €	22,86 €	0,00 €
21111003651		643,41 €	0,00 €	643,41 €	0,00 €
21111003669		33,22 €	0,00 €	33,22 €	0,00 €
21111003674		1 205,44 €	507,19 €	698,25 €	0,00 €
21111003683		63,87 €	0,00 €	63,87 €	0,00 €
21111003702		619,40 €	0,00 €	619,40 €	0,00 €
21111003706		153,06 €	0,00 €	153,06 €	0,00 €
21111003709	Cliente ABC	1 402,97 €	0,00 €	1 402,97 €	0,00 €
21111003716		51,35 €	0,00 €	51,35 €	0,00 €
21111003727		109,08 €	0,00 €	109,08 €	0,00 €
21111003729		2 598,77 €	2 536,58 €	62,19 €	0,00 €
21111003735		786,38 €	667,18 €	119,20 €	0,00 €
21111003748		63,04 €	0,00 €	63,04 €	0,00 €

31 de Dezembro de 2016					
Conta	Descricao	Debito_acu	Credito_ac	Saldo_deve	Saldo_cred
21111003650		22,86 €	0,00 €	22,86 €	0,00 €
21111003651		843,41 €	200,00 €	643,41 €	0,00 €
21111003669		567,25 €	567,25 €	0,00 €	0,00 €
21111003670		136,15 €	0,00 €	136,15 €	0,00 €
21111003674		2 790,81 €	2 345,04 €	445,77 €	0,00 €
21111003675		265,99 €	265,99 €	0,00 €	0,00 €
21111003676		176,14 €	176,14 €	0,00 €	0,00 €
21111003686		37,10 €	0,00 €	37,10 €	0,00 €
21111003688		148,45 €	148,45 €	0,00 €	0,00 €
21111003701		53,81 €	53,81 €	0,00 €	0,00 €
21111003702		619,40 €	0,00 €	619,40 €	0,00 €
21111003706		153,06 €	0,00 €	153,06 €	0,00 €
21111003709	Cliente ABC	1 402,97 €	0,00 €	1 402,97 €	0,00 €
21111003713		8 500,00 €	8 500,00 €	0,00 €	0,00 €
21111003716		51,35 €	0,00 €	51,35 €	0,00 €

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos pela empresa (2017).

Caso os saldos das contas de Clientes/Fornecedores dos dois balancetes sejam iguais, conclui-se que é antiguidade de saldo e o valor é reportado em mapa igual ao apresentado na Figura 9.



Figura 9 - Exemplo de Mapa de Antiguidade de Saldos

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC

EMPRESA:

PERÍODO: 30/12/2016

ASSUNTO: ANTIGUIDADE DE SALDOS DE CONTA CORRENTE

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2016
21111002326		797,04 €	797,04 €
21111002327		1 938,82 €	1 938,82 €
21111002519		283,90 €	283,90 €
21111002833		387,89 €	387,89 €
21111002588		45,37 €	45,37 €
21111002620		564,13 €	564,13 €
21111003511		72,35 €	72,35 €
21111003536		269,30 €	269,30 €
21111003543		1 824,76 €	1 824,76 €
21111003546		54,22 €	54,22 €
21111003547		35,00 €	35,00 €
21111003549		8 836,39 €	8 836,39 €
21111003555		3 292,22 €	3 252,65 €
21111003577		85,90 €	85,90 €
21111003589		234,79 €	234,79 €
21111003636		50,00 €	50,00 €
21111003644		59,96 €	59,96 €
21111003650		22,86 €	22,86 €
21111003651		643,41 €	643,41 €
21111003674		1 205,44 €	698,25 €
21111003702		619,40 €	619,40 €
21111003706		153,06 €	153,06 €
21111003709		1 402,97 €	1 402,97 €
21111003716		51,35 €	51,35 €
Clientes Comunitários			
21112004405		184,50 €	184,50 €
Clientes de outros países			
21113006531		600,01 €	600,01 €
Clientes - tributos a receber			
21211000909		1 179,63 €	1 179,63 €
21211001041		77,38 €	77,38 €
21211002720		250,00 €	250,00 €
21211003887		6 675,00 €	6 675,00 €
21211004561		104,45 €	104,45 €
21211004993		800,01 €	800,01 €
21211005729		282,27 €	282,27 €
Adiantamentos de clientes			
21811000329		-1 185,84 €	-1 185,84 €
21811000400		-7,20 €	-7,20 €
21811001030		-1 283,18 €	-1 283,18 €
21811001520		-1 500,00 €	-1 500,00 €
21811002074		-0,02 €	-0,02 €
21811002104		-2 212,83 €	-2 212,83 €
21811002532		-18 000,00 €	-18 000,00 €
21811003106		-1 732,14 €	-3 464,28 €
21811003173		-8,85 €	-8,85 €
21811003402		-892,86 €	-892,86 €
21811004011		-813,01 €	-813,01 €
Total		5 447,55 €	3 168,65 €

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos pela empresa (2017).

No que se refere à conta clientes, é recomendado ao cliente o seu ajustamento, para que o ativo apresentado nas demonstrações financeiras não esteja sobrevalorizado, o que



mostra uma imagem distorcida desta. Ainda por uma questão de controlo interno, esta análise é importante, na medida em que avalia se há ou não desvios de dinheiro, no caso de a empresa aceitar pagamentos em numerário. Este teste é importante para as entidades para com base neste procedimento se puder analisar quais os clientes que merecem a nossa confiança, por serem cumpridores dos seus deveres, e quais merecem uma alteração de tratamento. Através da identificação dos saldos com antiguidade é ainda possível descobrir situações de clientes que estão em falência e no qual poderá ser possível a recuperação do IVA.

Relativamente à antiguidade de saldos dos fornecedores, esta fornece informação à empresa sobre os saldos em atraso. Com base nesta informação, pode ser delineado com os fornecedores um plano de pagamento, de forma a facilitar a liquidação destes mesmos saldos.

A principal dificuldade enfrentada durante esta atividade foi relativa à dimensão das contas de Clientes/Fornecedores. A dimensão elevada destas contas em algumas empresas obriga a um nível de atenção bastante elevado durante um período de tempo alargado e que, por vezes, levaram a erros devido à fadiga.

3.4. Relatório e Contas

Segundo o *site* da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), “*O Relatório e Contas avalia e justifica o dia-a-dia das instituições nas suas diversas componentes e dimensões, desde a materialização dos objetivos traçados, até à justificação dos desvios verificados ou do incumprimento do que se idealizou no Plano de Atividades para o ano em relato.*”

O Relatório e Contas é elaborado pelos órgãos de gestão e é composto pelo Relatório de Gestão e pelas Demonstrações Financeiras. Após a verificação do Balancete, é realizada uma análise e conseqüente sugestão de alterações, caso existam, ao Relatório e Contas.

Esta atividade foi a de maior carga horária de entre todas as que foram desempenhadas durante o período de estágio.



3.4.1. Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo

As Demonstrações Financeira têm como objetivo fornecer aos utilizadores as informações contabilísticas da entidade, nomeadamente sobre os seus ativos e passivos, gastos e rendimentos do período de tempo em questão. Através destas informações é possível apurar as necessidades da entidade, como avaliar a possibilidade de cumprir com os seus encargos e avaliar a evolução temporal da empresa uma vez estas devem seguir o Característica da Comparabilidade⁷. As Demonstrações Financeiras podem ser consolidadas, quando dizem respeito a, por exemplo, uma SGPS e engloba nelas todas as empresas que lhe pertencem, ou individuais quando apenas se referem apenas a uma empresa (Ordem dos Contabilistas Certificados, 2017:37). Segundo o artigo 2º da Portaria 220/2015 “ *Os modelos das demonstrações financeiras referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, são os seguintes:*

- a) Anexo 1: Balanço;*
- b) Anexo 2: Demonstração dos resultados por naturezas;*
- c) Anexo 3: Demonstração dos resultados por funções;*
- d) Anexo 4: Demonstração das alterações no capital próprio;*
- e) Anexo 5: Demonstração dos fluxos de caixa;*
- f) Anexo 6: Anexo.”.*

Após a receção dos balancetes e respetiva verificação, são analisadas as Demonstrações Financeiras elaboradas pela empresa-cliente. Durante o estágio fizeram parte das responsabilidades do estagiário o Balanço, Balanço, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração de Resultados por Naturezas e Anexo.

De referir que no início desta atividade foi solicitado ao estagiário que preenchesse os mapas contabilísticos que lhe fossem entregues, de acordo como as NCRF presentes no SNC, antes de verificar as Demonstrações Financeira dos clientes. Após o preenchimento, o estagiário entregava o seu trabalho ao Auditor responsável pela empresa em análise, para que este corrigisse a tarefa. Se a tarefa estivesse bem executada, o estagiário passaria

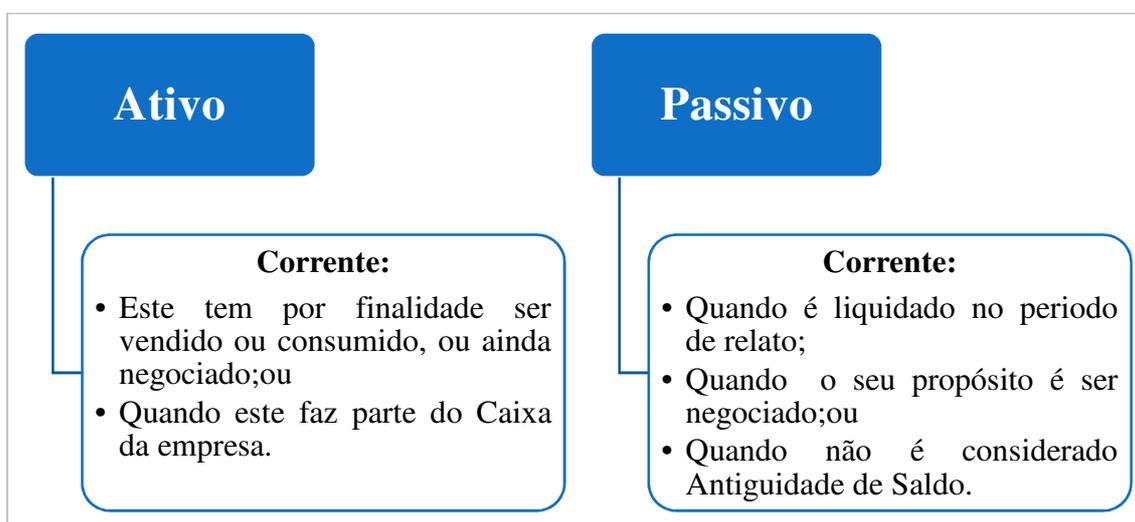
⁷ Característica da Comparabilidade – possibilidade de comparar os dados apresentados com os do período de Relato anterior.



para a verificação das Demonstrações Financeiras dos Clientes, comparando-as com as que preparou. Deste modo, o estagiário adquire conhecimento prático, assim como evita ser induzido em erro ao verificar as que são entregues pelos Clientes.

O Balanço é um mapa contabilístico expositivo da posição financeira da empresa, para o período de relato X e X-1. Este mapa é composto por rubricas do Ativo, do Passivo e de Capital Próprio. O Ativo e Passivo dividem-se em Corrente e Não Correntes. Para que um Ativo ou Passivo seja Corrente deve cumprir um dos requisitos referidos na Figura 10. Caso não cumpra nenhum deles, é considerado Não Corrente.

Figura 10 - Critérios da divisão para Ativo e Passivo Corrente



Fonte: Elaboração Própria (2017).

O processo de análise de um Balanço deve incidir na confirmação da correta elaboração do mesmo e do uso dos Balancetes finais, posteriormente recolhidos e revistos. Um erro que foi detetado durante a verificação dos Balanços e também cometido pelo estagiário foi a incorreta contabilização dos saldos Ativos e Passivos nas contas “24 – Estado e Outros Entes Públicos” e “278 – Outros devedores e credores”, ao colocarem o saldo destas contas diretamente nas respetivas rubricas. Para uma correta contabilização destas contas, devem ser analisados e separados os saldos a débito dos saldos a crédito destas contas. A Figura 11 mostra como devem ser contabilizados os saldos, usando como exemplo a conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos”. Em primeiro lugar, devem ser localizados dentro das subcontas os saldos devedor e credor. Depois devem ser somados todos os saldos a débito e separadamente somados todos os saldos a crédito. Por fim,



devem ser subtraídos os saldos a débito pelos saldos a crédito, obtendo assim o saldo final da conta mãe, neste caso a Conta 24.

Figura 11 - Exemplo da Contabilização da Conta 24

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Saldo	
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2.881.288,12	2.886.507,67	-	5.219,55 C
241	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	156.299,47	122.633,01	33.666,46	D
2411	PAGAMENTO POR CONTA	134.910,00	70.494,00	64.416,00	D
2412	RETENCOES NA FONTE	70,96	70,96	-	
2413	IMPOSTO ESTIMADO	21.318,51	52.068,05	30.749,54	C
242	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDI	81.949,84	92.293,36	10.343,52	C
2421	TRABALHO DEPENDENTE	78.587,00	88.641,00	10.054,00	C
2422	TRABALHO INDEPENDENTE	3.362,84	3.652,36	289,52	C
243	IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTA	2.382.068,45	2.373.692,50	8.375,95	D
2432	IVA - DEDUTÍVEL	475.632,38	475.632,38	-	
2433	IVA - LIQUIDADO	470.327,53	470.327,53	-	
2434	IVA - REGULARIZAÇÕES	8.782,97	8.782,97	-	
2435	IVA - APURAMENTO	899.298,57	899.298,57	-	
2437	IVA - A RECUPERAR	528.027,00	519.651,05	8.375,95	D
245	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SO	260.970,36	297.888,80	36.918,44	C

24 - Estado e Outros Entes Públicos	
D	C
(2411 - Pagamento por Conta) 64.416,00 (2437 - IVA A - Recuperar) 8.375,95 Total = 72.791,95	30.749,54 (2413 - Imposto Estimado) 10.054,00 (2421 - Trabalho Dependente) 289,52 (2422 - Trabalho Independente) 36.918,44 (245 - Contribuições para a SS) Total = 78.011,50
Diferença = 72.791,95 - 78.011,50 = -5.219,55	

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos pela empresa (2017).

Após ser apurado o saldo da conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos”, este deve ser corretamente colado nas rubricas de “Estado e Outros Entes Públicos” do Ativo e do Passivo. A Figura 12 exemplifica onde deve ser colocado o saldo a débito e a crédito no Balanço.



Figura 12 - Exemplo de Balanço preenchido com os saldos da conta 24

Modelo de Balanço			
Entidade:		Unidade Monetária ⁽¹⁾	
Balanço (individual ou consolidado) em XX de XXX de 20XX			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/XX/N	31/XX/N-1
ATIVO			
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios			
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		72.791,95	
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos			
Total do ativo			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		78.011,50	
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total do Passivo			
Total do Património Líquido e Passivo			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e épocas de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros.

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos pela empresa (2017).

Por fim, são verificados os saldos das Demonstrações Financeiras do ano anterior, de modo a se encontrar erros e possíveis discrepâncias elevadas, não justificadas pelos documentos entregues pela empresa ao auditor. Caso esta última situação se verifique, é requerido à empresa uma explicação, acompanhada de elementos que assim o comprovem, para a diferença ocorrida entre as datas de relato.

Após o preenchimento de todas as rubricas, a diferença entre o Total do Ativo pela soma do Total do Passivo com o Capital Próprio deve ser igual a zero, tal como se mostra na Figura 13.



Figura 13- Exemplo de Balanço

[NOME DA ENTIDADE A SER AUDITADA]		Unidade Monetária: euros	
Balanco individual em 31 de Dezembro de 2016			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7 / 8	7 086 962,36	6 800 915,38
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	445 020,92	0,00
Outros investimentos financeiros	16.2.3	63 398,17	57 427,53
Ativos por impostos diferidos	15 / 18.2	197 047,76	406 068,76
		7 792 429,21	7 264 411,67
Activo Corrente			
Clientes	9 / 16.2.1	8 247 809,77	8 330 846,43
Estado e outros entes públicos	19.4.1	541 221,31	381 733,00
Outros créditos a receber	6 / 16.2.1	131 573,12	88 640,11
Diferimentos	19.4.2	7 198,28	18 750,22
Ativos financeiros detidos para negociação	4 / 16.2.4	2 275,86	2 664,80
Caixa e depósitos bancários	4	1 964 804,30	2 617 942,14
		10 894 882,64	11 440 576,70
Total do activo		18 687 311,85	18 704 988,37
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16.2.5 / 16.6	500 000,00	500 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	16.2.5 / 16.8	375 000,00	375 000,00
Reservas legais		100 000,00	100 000,00
Outras reservas		6 521 486,82	5 139 869,59
		7 496 486,82	6 114 869,59
Resultado líquido do período	19.3	1 180 272,05	1 381 617,23
Total do capital próprio		8 676 758,87	7 496 486,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12	59 345,48	24 838,48
Financiamentos obtidos	8 / 16.2.2	4 679 442,21	5 631 247,03
		4 738 787,69	5 656 085,51
Passivo corrente			
Fornecedores	16.2.1	1 747 358,78	1 527 595,81
Estado e outros entes públicos	19.4.1	485 087,74	593 515,06
Financiamentos obtidos	8 / 16.2.2	2 043 217,46	2 408 284,22
Outras dívidas a pagar	16.2.1	993 268,28	1 017 237,10
Diferimentos	13 / 19.4.2	2 833,03	5 783,85
		5 271 765,29	5 552 416,04
Total do passivo		10 010 552,98	11 208 501,55
Total do capital próprio e do passivo		18 687 311,85	18 704 988,37

O Contabilista Certificado CC n.º	A Gerência
--------------------------------------	------------

$$\text{Total do Ativo} = \left(\begin{matrix} \text{Total} \\ \text{do} \\ \text{Passivo} \end{matrix} + \begin{matrix} \text{Total} \\ \text{do} \\ \text{Capital Próprio} \end{matrix} \right) \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow 18.687.311,85 = (8.676.758,87 + 10.010.522,98)$$

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos pela empresa (2017).



A Demonstração de Resultados por Naturezas é o mapa contabilístico que apresenta a existência de lucro ou prejuízo, com base nos gastos e rendimentos que são apresentadas pela empresa. Este mapa está dividido por Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, conhecido como EBDITA, Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), Resultado antes de Impostos e, por fim, Resultado Líquido. O EBDITA corresponde ao primeiro subtotal de onde constam todas as rubricas de rendimento e gastos. Após este subtotal seguem-se as rubricas de “Gastos/reversões de depreciação e amortização” e “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”, que dão origem ao subtotal do Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos). As rubricas seguintes de “Juros e rendimentos similares obtidos” e “Juros e gastos similares suportados”, referem-se, respetivamente, aos rendimentos de juros de aplicações financeiras ou outros do mesmo tipo e aos juros gerados pelos passivos financeiros. Estes dão origem ao subtotal Resultado antes de Imposto. Por último, é calculado o valor do Resultado Líquido que é o que mais interesse tem para as empresas e pelo qual estas tanto trabalham para o aumentar. Este valor é correspondente ao Lucro Líquido, após subtraídos todos os gastos ao rendimento. O Resultado Líquido é calculado após ser apurado o valor referente à rubrica de “Imposto sobre o Rendimento do período”. Este é um imposto direto, que mais adiante neste relatório será abordado. A Figura 14 apresenta uma Demonstração de Resultados por Naturezas, assim como os cálculos necessários para obtenção de cada subtotal anteriormente referido.



Figura 14 - Exemplo de Demonstração de Resultados por Natureza

[NOME DA ENTIDADE A SER AUDITADA]			
Demonstração individual dos resultados por naturezas			
Período findo em 31 de Dezembro de 2016			
Unidade Monetária: euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2016	31/12/2015
Vendas e serviços prestados	11	22 754 870,51	23 185 075,22
Subsídios à exploração	13	25 621,35	14 999,86
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	(979,08)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	19.4.3	(12 833 263,56)	(13 284 452,74)
Gastos com o pessoal	17	(6 849 788,35)	(6 399 402,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(16 265,70)	(79 245,00)
Provisões (aumentos/reduções)	12	(34 507,00)	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	16.2.4 / 16.5	(388,94)	628,66
Outros rendimentos	19.4.4	827 231,40	691 913,48
Outros gastos	19.4.4	(238 607,35)	(280 603,45)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		3 633 923,28	3 848 913,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(1 931 230,57)	(1 872 441,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 702 692,71	1 976 471,75
Juros e gastos similares suportados	16.3	(177 135,28)	(283 293,22)
Resultado antes de impostos		1 525 557,43	1 693 178,53
Imposto sobre o rendimento do período	15	(345 285,38)	(311 561,30)
Resultado líquido do período		1 180 272,05	1 381 617,23

O Contabilista Certificado
CC n.º

A Gerência

Calculos:

EBDITA = 22.754.870,51+25.621.35-979,08-12.833.263,56-6.849.788,35-16.265,70-34.507,00+388,94+827.231,40-238.607,35 <=> EBDITA = 3.633.923,28

Resultado Operacional = 3.633.923,28 - 1.931.230,57 <=> Resultado Operacional = 1.072.692,71

Resultado Antes de Imposto = 1.072.692,71 - 177.135,28 <=> Resultado Antes de Imposto = 1.525.557,43

Resultado Líquido = 1.525.557,43 - 345.285,38 <=> Resultado Líquido = 1.180.272,05

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos pela empresa (2017).

No que se refere à Demonstração de Alteração ao Capital Próprio, este mapa tem por objetivo apresentar as rubricas que contribuiram para a alteração do Capital Próprio, entre duas datas de balanço, e reflete a redução ou o aumento dos ativos líquidos da empresa. O mapa contabilístico é composto por duas tabelas iguais, em que a primeira diz respeito ao período de relato anterior, enquanto a segunda apresenta o período de relato atual, de agora em diante quadro A e B, respetivamente. Em cada tabela são apresentadas as colunas de Capital Subscrito, Outros Instrumentos de Capital Próprio, Reservas Legais,



Outras Reservas, Resultado Líquido de Período, Total e Total do Capital Próprio. Também são apresentadas nas linhas os factos suscetíveis de gerar alterações de Capital. No Quadro B deve também constar os dados do período de relato do Ano X-1, a partir do qual se inicia o cálculo do Capital Próprio. No preenchimento deste quadro, devem ser colocadas as alterações ao Capital Próprio do período na célula em que se cruza a linha relativa à alteração com a coluna a que esta afeta. Após o seu preenchimento, devem ser feitos os cálculos, como é apresentado na Figura 15, sendo que o valor obtido deve ser igual ao obtido no Capital Próprio do Balanço. De referir que no Quadro A devemos iniciar os cálculos do período de relato X-1 com os dados do período de relato X-2.

Figura 15 - Exemplo de Demonstração de Alteração de Capital Próprio

[NOME DA ENTIDADE A SER AUDITADA]		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe						
Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2015		Unidade Monetária: euros						
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2015	1	500 000,00	375 000,00	100 000,00	4 996 699,22	152 970,37	6 114 869,59	6 114 869,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	152 970,37	(152 970,37)	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					1 381 617,23	1 381 617,23	1 381 617,23
RESULTADO INTEGRAL	4,2+3	0,00	0,00	0,00	152 970,37	1 228 646,86	1 381 617,23	1 381 617,23
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2015	6=1+2+3+5	500 000,00	375 000,00	100 000,00	5 139 669,59	1 381 617,23	7 496 486,82	7 496 486,82

[NOME DA ENTIDADE A SER AUDITADA]		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe						
Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2016		Unidade Monetária: euros						
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2016	6	500 000,00	375 000,00	100 000,00	5 139 669,59	1 381 617,23	7 496 486,82	7 496 486,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	1 381 617,23	(1 381 617,23)	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					1 180 272,05	1 180 272,05	1 180 272,05
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0,00	0,00	0,00	1 381 617,23	(201 345,18)	1 180 272,05	1 180 272,05
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2016	6+7+8+10	500 000,00	375 000,00	100 000,00	6 521 486,82	1 180 272,05	8 676 758,87	8 676 758,87

O Contabilista Certificado
CC n.º

A Gerência

Cálculo:

Total do Capital Próprio (2016) = Total do Capital Próprio (2015) + Alterações do Período (2016) <=>

<=> Total do Capital Próprio (2016) = 7.496.486,82 + 1.180.272,05 <=>

<=> Total do Capital Próprio (2016) = 8.676.758,87

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos pela empresa (2017).



Posteriormente ao tratamento das Demonstrações Financeiras, é elaborado o Anexo a essas Demonstrações Financeiras.

O Anexo é um documento justificativo de um conjunto completo de Demonstrações Financeiras, complementando a informação prestada não só no Balanço e Demonstração de Resultados, mas também nas restantes Demonstrações Financeiras, designadamente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações no Capital Próprio, sempre que aplicáveis. Esta rubrica deste documento deve estar enumerada, para que posteriormente seja usada na coluna “Notas” de cada mapa contabilístico, remetendo, assim, para o Anexo a justificação dos saldos apresentados. A estrutura deste documento segundo a NCRF 1 presente no SNC (2016: 83) deve “*a) Apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas; b) Divulgar a informação exigida pelo Modelo de Demonstrações Financeiras que não seja apresentada no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração dos fluxos de caixa; c) Proporcionar informação adicional que não seja apresentada no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração dos fluxos de caixa, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.*”.

O trabalho realizado pelo estagiário, no que se refere ao Anexo às Demonstrações Financeiras, consistiu na verificação da estrutura usada pela empresa, comparando com a nova estrutura conceptual do SNC, assim como do seu preenchimento.

3.4.2. Relatório de Gestão e respetivo Anexo

O Relatório de Gestão é um documento produzido anualmente pelos órgãos de gestão, com o intuito de apresentar o desempenho da empresa e o contexto em que este se desenvolveu. Segundo o parágrafo 2, do nº2 do artigo 66º do CSC, “ (...) só no relatório se poderão descrever alguns elementos fundamentais para a compreensão da situação económico-financeira da empresa, tais como a evolução dos custos e das condições do mercado, as razões determinantes dos investimentos efetuados e programados e a evolução da situação financeira durante o exercício.” (Neto,2005,232).



No caso de a entidade ser uma Sociedade Anónima, é necessário apresentar também um Anexo ao Relatório de Gestão, onde conste os acionistas, assim com a percentagem e o número de ações detidas por cada um dos proprietários.

Durante a permanência na MAJNVS, o estagiário foi também responsável pela verificação dos Relatórios de Gestão e Anexos. O trabalho que lhe foi entregue consistiu em verificar a estrutura e o conteúdo do relatório.

Quanto ao conteúdo do Relatório de Gestão, devem fazer parte pontos que espelhem tanto a realidade da empresa como a que a envolve. O Relatório de Gestão deve incluir o enquadramento relativo ao meio envolvente contextual, a apresentação do desenvolvimento da atividade da empresa, a descrição dos investimentos efetuados no ano em causa, a análise económico-financeira, as perspetivas de futuro da empresa e, por fim, a proposta de aplicação de resultados (Joaquim Teixeira dos Santos, 2014:2).

O meio envolvente contextual é referente a um conjunto de fatores externos à empresa, mas que influencia a sua atividade e desempenho. O conjunto de fatores anteriormente referido inclui o Contexto Tecnológico, Económico, Sociocultural e Político-Legal. O desenvolvimento da atividade da empresa refere-se ao volume de negócio da empresa, onde deve fazer ainda um comparativo com os anos anteriores, para se perceber se a evolução é positiva ou negativa. No que se refere aos Investimentos, estes devem apenas constar caso tenham existido no período de relato. Caso existam, devem ser apresentados os valores investidos e em que foi investido. Na análise económico-financeira, devem constar os valores obtidos no ano do Resultado Operacional, do EBDITA e do Resultado Líquido, assim como a comparação com os dados do ano anterior. As perspetivas de futuro da empresa dizem respeito ao rumo que a empresa pretende tomar e o que pretende fazer para atingir os seus objetivos. A proposta de aplicação de resultados diz respeito aos valores obtidos no Resultado Líquido. No caso de o Resultado Líquido ser negativo, este valor deve ser colocado na “conta 56 - Resultados Transitados”. Se o valor obtido for positivo e não houver divisão de dividendos aos proprietários, 5% do mesmo deve ser transferido para a “conta 551 - Reservas Legais”, até que esta conta atinja o mínimo de 20% do capital subscrito, e o remanescente para a “conta 56 - Resultados Transitados”.



Embora a estrutura do Relatório de Gestão possa variar de empresa para empresa, os pontos anteriormente referidos devem constar no mesmo, não sendo impeditivo a abordagem de outros pontos que a empresa considere oportunos.

No caso de não fazerem parte do Relatório de Gestão algum dos pontos anteriormente referidos, o estagiário reportava ao Auditor responsável pela empresa, para que este pudesse posteriormente contactar o cliente e pedir a introdução dos pontos em falta.

3.5. Mafin 2017

O Mafin é uma aplicação informática baseada em Excel dedicada à área da contabilidade. Através deste *software*, é possível tratar informação contabilística, de forma a simplificar a atividade dos profissionais da área. Este programa é usado na MAJNVS para a verificar da situação contabilística e financeira das empresas e efetuar a análise da evolução da empresa-cliente.

Segundo a descrição existente no *site* do programa “*O Modelo de Análise Financeira – MAFIN - surgiu em 1999, com o intuito de auxiliar os profissionais nas áreas administrativa e financeira quer no seu trabalho de prestação de contas de final de ano, quer na produção de análises e relatórios de performance económica e financeira que aqueles necessitam de apresentar às empresas a que prestam serviços.*”. Ao longo do tempo, o programa sido atualizado no sentido de acompanhar as evoluções que a contabilidade nacional tem sofrido e encontra-se atualmente na versão 2017, alusivo ao ano civil atual.

Durante a permanência na MAJNVS, o estagiário teve oportunidade de trabalhar com este *software*, utilizando-o para efetuar a análise de alguns indicadores, que serão apresentados mais adiante, em diferentes empresas, de modo a adquirir conhecimento prático relativo ao funcionamento desta ferramenta de trabalho.

Para iniciar a utilização do MAFIN, é necessário identificar a data a que os Balancetes correspondem e ainda a empresa. Depois são inseridos manualmente o Balancete ou



Balancetes. Para tal, é disponibilizado, para cada período de relato, um Balancete padrão, onde são introduzidos os valores existentes em cada conta do Balancete recebido pelo cliente. O Balancete é introduzido no MAFIN em duas fases.

Na primeira fase, são carregados os saldos das contas de Gastos e Rendimentos, como é apresentado na Figura 16.

Figura 16 - Balancete padrão disponibilizado para as contas das Classes 6 e 7

Empresa Cliente					
Balancete das Classes 6, 7 e 8 em 30 de Setembro de 2017					
Conta	Descrição	Movimento		Saldo	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
6	GASTOS				
61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00
611	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
613	Activos biológicos (compras)	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	1 311 123,97	10 930,59	1 300 193,38	0,00
621	Subcontratos	7 496,25	0,00	7 496,25	0,00
622	Serviços especializados	170 132,47	6 678,57	163 453,90	0,00
6221	Trabalhos especializados	37 853,27	1 775,00	36 078,27	0,00
6222	Publicidade e propaganda	865,00	0,00	865,00	0,00
6223	Vigilância e segurança	0,00	0,00	0,00	0,00
6224	Honorários	6 733,80	0,00	6 733,80	0,00
6225	Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
6226	Conservação e reparação	124 680,40	4 903,57	119 776,83	0,00
6227	Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
6228	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
623	Materiais	9 310,22	4,50	9 305,72	0,00
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 979,58	4,50	7 975,08	0,00
6232	Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00
6233	Material de escritório	1 330,64	0,00	1 330,64	0,00
6234	Artigos para oferta	0,00	0,00	0,00	0,00
6238	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
624	Energia e fluidos	773 930,87	1 215,34	772 715,53	0,00
6241	Electricidade	2 331,88	0,00	2 331,88	0,00
6242	Combustíveis	771 598,99	1 215,34	770 383,65	0,00
6243	Água	0,00	0,00	0,00	0,00
6248	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	229 876,32	2 766,78	227 109,54	0,00
6251	Deslocações e estadas	229 820,82	2 766,78	227 054,04	0,00
6252	Transportes de pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: MAFIN (2017).

O passo seguinte é carregar o restante Balancete, como é apresentado na Figura 17, sendo que deste Balancete padrão apresentado já constam as contas das classes anteriormente introduzidas.



Figura 17 - Balancete padrão disponibilizado para as contas das Classes 1, 2, 3, 4 e 5

Empresa Cliente					
Balancete Geral Final em 30 de Setembro de 2017					
Conta	Descrição	Movimento		Saldo	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS				
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros instrumentos financeiros / Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
1411	Potencialmente favoráveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1412	Potencialmente desfavoráveis	0,00	0,00	0,00	0,00
142	Instrumentos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
1421	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
1422	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
143	Outros activos e passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
1431	Outros activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
1432	Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da Classe 1	0,00	0,00	0,00	0,00
2	CONTAS A PAGAR E A RECEBER				
21	Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
2111	Clientes gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
21111	De curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
21112	De médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
2112	Clientes - empresa-mãe	0,00	0,00	0,00	0,00
21121	De curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
21122	De médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
2113	Clientes - empresas subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
21131	De curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
21132	De médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
2114	Clientes - empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
21141	De curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
21142	De médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: MAFIN (2017).

Após a conclusão do preenchimento do Balancete padrão do programa, são disponibilizados vários tipos de instrumentos financeiros, mapas e gráficos (ver Anexo 4), que são úteis para compreender a situação financeira da empresa ou mesmo para avaliar a evolução da empresa a partir de períodos distintos.

3.6. Projeto Inovação Produtiva

A última tarefa desempenhada durante o período de estágio foi a participação num processo de auditoria ao Projeto de Inovação Produtiva, pertencente ao programa Portugal 2020, do qual a Coficab – Companhia de Fios e Cabos, Lda., é candidata. A candidatura apresentada pela Coficab – Companhia de Fios e Cabos, Lda. tem por objetivo principal “Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação”.

Por se tratar de um programa que envolve fundos europeus, é obrigatório a auditoria às faturas referentes às despesas que são resultantes do projeto e que serão submetidas. Como tal, o trabalho de auditoria envolveu a verificação da correta emissão das faturas, de acordo como os dispostos legais em vigor e ainda os cálculos referentes ao valor



elegido para o programa de cada fatura. Em cada fatura verificada foi colocado um carimbo (ver Figura 18), como forma de certificar os documentos.

Figura 18 - Carimbo usado na Certificação das faturas

	MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS SROC, S.A. CANDIDATURA PT2020
Código Universal do Projecto	
Comprovante Nº..... NºOrdem Nº Lançamento	
Valor imputado :..... Taxa Imputação.....	
Data/...../.....	
ROC	

Fonte: Disponibilizado pela MAJNVS (2017).



Conclusão

É indubitável a importância que a auditoria tem atualmente na sociedade. O seu trabalho contribui para acrescentar valor às informações apresentadas pelas empresas e esse é um ponto que tem muito peso no momento de, por exemplo, ter ou não acesso a financiamento por parte de investidores ou instituições bancárias. Ainda assim, existe um longo caminho para percorrer, no sentido de não estar diretamente ligada a escândalos ou falências de empresa, se é que isso alguma vez será possível. Afinal de contas, o parecer do Auditor atesta a veracidade das contas apresentadas e, em certos casos, meses mais tarde essas mesmas empresas abrem falência. Exemplo disso, são os casos da Parmalat e do Banco Espírito Santo. Ainda assim, esta é uma área que sendo já muito exigente, pelo contacto com várias áreas de atividade ou mesmo pela dimensão das empresas, necessita de mais ferramentas de trabalho, para colmatar algumas lacunas da auditoria.

As dificuldades enfrentadas pelo profissional de auditoria são variadas, quer seja pela opinião que este tem de expressar sobre as Demonstrações Financeiras, que é limitada pela falta de recursos ou pela impossibilidade de analisar todo os dados de uma empresa tal é a sua dimensão, quer pela resistência encontrada no momento de implementar sistemas de controlo interno eficazes, que permitam a simplificação do trabalho deste. Por estes motivos, e também por outros também incontáveis pelo auditor, as opiniões acabam por ser emitidas com apenas um nível de segurança razoável.

A área de auditoria na qual o estagiário realizou o seu estágio curricular foi, durante todo o período de estágio, bastante desafiante pelos desafios que tiveram de ser superados diariamente. Estas barreiras encontradas foram muitas vezes consequência, quer do escasso conhecimento prático, quer da necessidade de mais conhecimentos teóricos que apenas o ciclo de estudos seguintes poderá oferecer.

Contudo, o período de estágio na MAJNVS permitiu aprofundar os conhecimentos que foram adquiridos em sala de aula, e ainda adquirir novos conhecimentos que serão, sem dúvida, uma mais-valia para a carreira profissional que partir de agora se inicia. A visão com que fico sobre a área de auditoria é neste momento bastante mais ampla, devido ao contacto com a realidade da área de auditoria e dos seus profissionais. O contacto com a



realidade empresarial vivida pelos clientes da MAJNVS é também um ponto muito positivo. O estágio mostrou ser muito enriquecedor e uma boa forma de interligar os conhecimentos das várias áreas da Gestão.

O Relatório de Estágio desenvolvido exigiu do estagiário um nível de dedicação e exigência, que até agora ainda não tinha enfrentado. Esta ferramenta de avaliação envolveu uma pesquisa bastante alargada de diversas áreas curriculares lecionadas e aplicadas, como é o caso da contabilidade, auditoria, matemática financeira ou ainda organização e gestão. No geral, o estagiário considera o Relatório de Estágio uma boa forma de compilar tudo o que foi aprendido, mas também de ganhar noção do muito que ainda há para aprender.



Bibliografia





Livros:

Almeida, B. (2014). Manual de Auditoria Financeira – Uma análise integrada baseada no risco. Escolar Editora.

Alves, J. J. S. (2015). Princípios e prática de auditoria e revisão de contas. Edições Sílabo.

Costa, C. B. (2010). Auditoria Financeira – Teoria & Prática. Editora Rei dos Livros.

Neto, A. (2005). Código das Sociedades Comerciais – Jurisprudência e Doutrina. Edições Jurídicas.

Robbins, S. (1999). Comportamento Organizacional. Edições Person Prentice Hall.

Site:

Mafin - Modelo de Análise Financeira adaptado à reforma do SNC (2017). Disponível em <http://www.mafin.pt/> [Acedido em: Agosto de 2017].

Coficab - Inovação Produtiva (2017). Disponível em: <http://www.coficab.pt/index.php/coficab-portugal-2020/> [Acedida: Julho de 2017].

Joaquim Teixeira dos Santos (2014). O Relatório de Gestão e os requisitos do Código das Sociedades Comerciais. Disponível em: <http://jts-sroc.pt/o-relatorio-de-gestao-e-o-codigo-das-sociedades-comerciais/> [Acedido em: Agosto de 2017].

Observador. Os Grandes Escândalos Empresariais no Mundo nos últimos 20 Anos. Disponível em: <http://observador.pt/especiais/os-grandes-escandalos-empresariais-dos-ultimos-20-anos/> [Acedido em Agosto de 2017].

Ordem dos Contabilísticos Certificados. Contas individuais, consolidadas e separadas: das IFRS para o SNC Disponível em: <https://www.occ.pt/fotos/editor2/TOC92GLerias.pdf> [Acedido em: Setembro de 2017].

Revisores Oficiais de Contas. Manual do Revisor Oficial de Contas - Diretriz de Revisão/Auditoria 230. Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra230.pdf> [Acedido em Outubro de 2017].

Revisores Oficiais de Contas. Procedimentos de Auditoria a adotar na Revisão Legal das Contas dos Municípios: Enquadramento Teórico e Aplicação Prática. Disponível em:



<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/52/Auditoria2.pdf> [Acedido em Setembro de 2017].

Top Accounting Degrees (2017). "What is a Senior Auditor?". Disponível em: <https://www.topaccountingdegrees.org/faq/what-is-a-senior-auditor/> [Acedido em Outubro de 2017]



Anexos



Anexo 1 - Modelo usado pela MAJNVS para a Organização do Arquivo Corrente

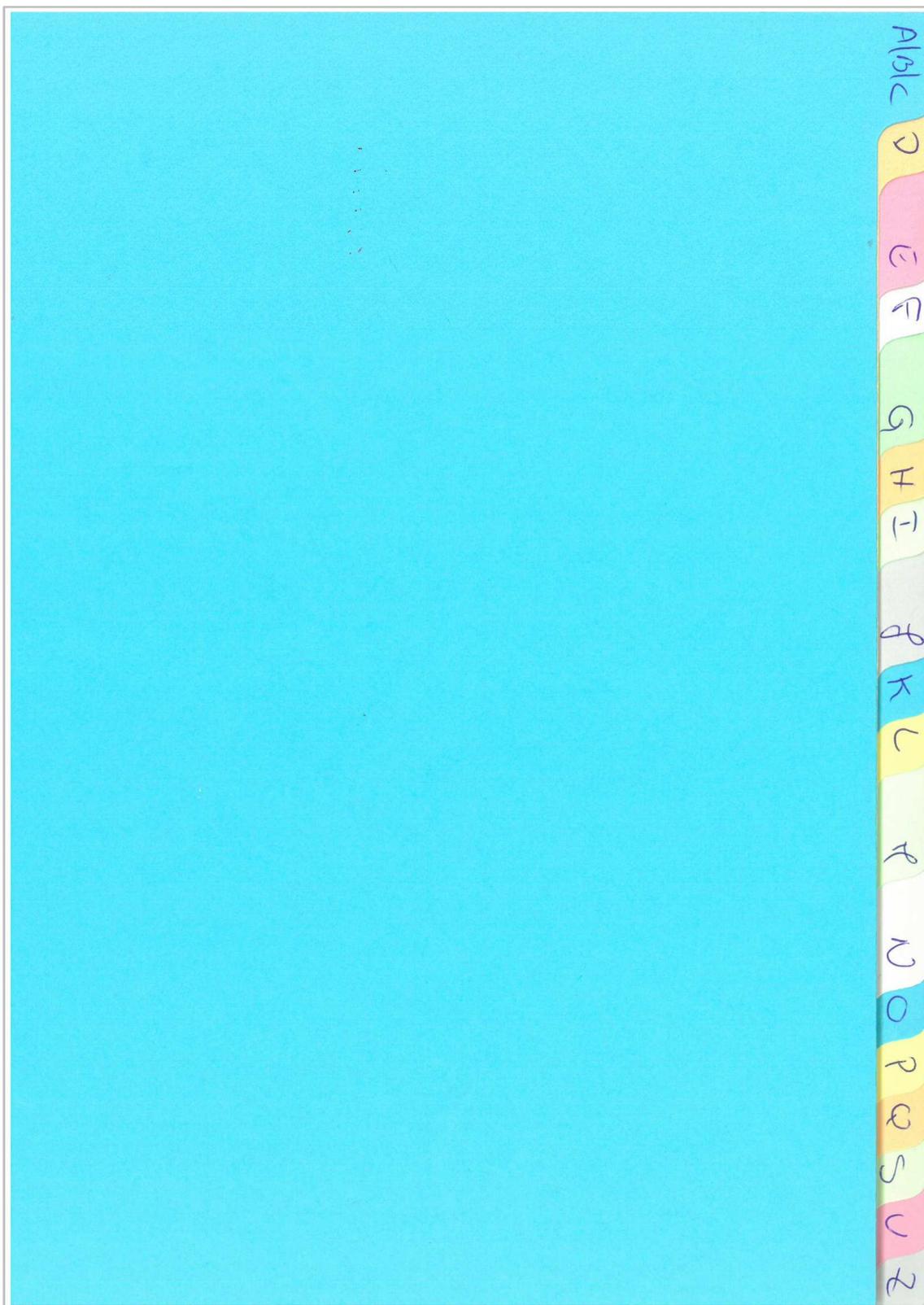
Cliente:	2016
Secção:	Índice do Dossier de Revisão/Auditoria

Secções Administrativas

- I - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
- II - ASSUNTOS À ATENÇÃO DO RESPONSÁVEL DO TRABALHO
- III - CORRESPONDÊNCIA
- IV - INDICADORES DE GESTÃO MAIS SIGNIFICATIVOS
- V - RESUMO DE RECLASSIFICAÇÕES E AJUSTAMENTOS
- VI - REVISÃO DO TRABALHO DE REVISÃO/AUDITORIA
- VII - ASSUNTOS A TRATAR EM PRÓXIMA VISITA
- VIII - MEMORANDOS, RELATÓRIOS E CARTAS DE RECOMENDAÇÕES
- IX - DECLARAÇÃO DO ORGÃO DE GESTÃO
- X - LIVROS DAS SOCIEDADES
- XI - PLANIFICAÇÃO DA REVISÃO/AUDITORIA
- XII - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
- XIII - EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO
- XIV - ACEITAÇÃO DO TRABALHO

Secções de Trabalho

- A. Goodwill e outros activos intangíveis
- B. Activos fixos tangíveis (Inclui recursos minerais)
- C. Propriedades de investimento
- D. Inventários e activos biológicos
- E. Clientes, vendas e prestações de serviços
- F. Outras contas a receber e a pagar
- G. Accionistas (Sócios) e outras partes relacionadas
- H. Activos não correntes detidos para venda e unidades operac. descontinuadas
- I. Investimentos financeiros
- J. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor
- K. Caixa, depósitos bancários e outros equivalentes de caixa
- L. Diferimentos, impostos diferidos e contratos de construção
- M. Fornecedores, compras e fornecimentos
- N. Pessoal e benefícios dos empregados
- O. Financiamentos obtidos
- P. Provisões e matérias ambientais
- Q. Estado e outros entes públicos e Impostos
- S. Capital próprio
- V. Gastos e perdas, rendimentos e gastos, resultados
- Z. Responsabilidades, contingências, continuidade e controlo do trabalho campo





Anexo 2 - Exemplo de Minuta de pedido de confirmação externa



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIÉDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Ex.mos Senhores

<Nome>

<Morada>

[DATA]

Assunto: **Certificação Legal das Contas**

[ENTIDADE AUDITADA]

Exmos. Senhores,

Estando a nossa sociedade, dentro dos procedimentos inerentes à Certificação Legal das Contas, a efectuar análise da entidade acima citada, nos termos do n.º 3 do art. 52º da Lei n.º 140/2015 de 07 de Setembro, agradecemos que nos remetessem os elementos solicitados junto com o anexo a esta carta, directamente para a seguinte morada:

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Rua Batalha Reis n.º 81 – 2º
6300-668 Guarda
Tel.: 271 227 303 Fax: 271 227 304 Email: vsroc@mail.telepac.pt

- A. Vimos solicitar V. Ex.as. o favor de indicarem os saldos com a entidade acima referida, à data de **31 de Dezembro de 2016**, devidamente discriminados.
- B. Solicitamos o envio do extracto da conta desta empresa.
- C. Solicitamos o preenchimento e envio, para a nossa morada, do impresso anexo a esta carta.

Antecipadamente, gratos pela vossa colaboração, subscrevemo-nos,

Autozamos o fornecimento das informações pedidas nesta carta
(Carimbo e assinaturas)

Atenciosamente,
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Victor Manuel Lopes Simões

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81, 2º
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1 R/C Letra C
3500 – 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS
SOCIIDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

[Entidade Auditada]

Nº Referencia: <Nome da entidade>

1. Conforme nos foi solicitado, confirmamos que, de acordo com os nossos registos, os saldos com a firma indicada, em 31 de Dezembro de [Ano], eram os seguintes:

Conta corrente	EUR.	_____	€
Letras	EUR.	_____	€
Outras responsabilidades	EUR.	_____	€
Garantias	EUR.	_____	€
Adiantamentos	EUR.	_____	€
Cauções	EUR.	_____	€

2. Juntamos extractos dos saldos acima indicados.

Antecipadamente, gratos pela vossa colaboração, subscrevemo-nos,

Carimbo:

Assinatura:

Nome: _____

Cargo: _____

Sede
Rua Batalha Reis, n.º81, 2.º
6300 – 650 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1 R/C Letra C
3500 – 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joanonunes.roc@mail.telepac.pt



Anexo 3 - Exemplo de Mapa de Circularizações

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC			
EMPRESA:			
EXERCICIO: 31-12-2016			
ASSUNTO: CIRCULARIZAÇÕES			
<i>Circularização a efectuar reportada a:</i>		DEZEMBRO	
<i>Seleção de saldos com base no balancete de:</i>		DEZEMBRO	
Unidade: Euros			
Conta	Nome	Saldo	%
CLIENTES CONTA CORRENTE		8 289 027,45	
211110387		1 759 201,05	21%
211110315		1 678 304,14	20%
211110835		1 043 740,62	13%
211110356		969 259,85	12%
211110224		284 031,18	3%
211110892		207 071,57	2%
211110485		162 948,13	2%
211110671		142 157,69	2%
211123392		91 680,00	1%
211124228		87 760,00	1%
211111056		81 180,00	1%
211124329		80 520,00	1%
211110327		73 920,54	1%
211110730		73 883,43	1%
14			81%
FORNECEDORES CONTA CORRENTE		3 457 996,07	
221120640		1 228 550,17	36%
221120749		338 519,32	10%
221110345		209 488,70	6%
221121015		176 000,00	5%
221110561		143 284,11	4%
221120573		139 134,38	4%
221110341		118 103,45	3%
221110131		82 007,81	2%
221110037		61 160,74	2%
221110025		58 518,12	2%
221110352		58 449,06	2%
221110928		57 292,64	2%
221120606		53 698,57	2%
221110023		48 864,19	1%
221110083		44 902,25	1%
221110461		42 047,01	1%
16			83%
ADVOGADOS			
SEGURADORAS			
SEGURANÇA SOCIAL			



Anexo 4 - Mafin 2017

VER NOTAS	NOME DA EMPRESA:	ABC,SA
	DATA DA ANÁLISE (dd-mm-aa):	31 de julho de 2017

MENU INICIAL	
Opções	Elementos de que vai necessitar
1. Introdução de Dados	Balancete Final e das Classes 6, 7 e 8 antes do Apuramento de Resultados, dos anos 2015, 2016 e 2017
2. Demonstrações Financeiras para o período em análise	Adaptadas ao tipo de entidade: Micro (MC-ME), Pequena (NCRF-PE) ou Média e Grande Entidade (NCRF)
3. Mapas Diversos	
4. Modelo 22 do IRC e Anexos	Dados referentes ao cálculo da Derrama, volume de negócios nas Regiões Autónomas, valores a acrescentar e/ou diminuir e restantes elementos para cálculo do IRC
5. Quadros de apoio ao preenchimento do ANEXO e da IES	Variações nos Investimentos, Depreciações, Amortizações, Imparidades, Provisões, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Variação de Produção, etc.
6. Gráficos	

VOLTAR AO MENU INICIAL	ABC,SA
	31 de julho de 2017

Demonstrações Financeiras
MÉDIAS E GRANDES ENTIDADES / NCRF
2.01 Balanço
2.02 Demonstração dos Resultados por Naturezas
2.03 Demonstração dos Resultados por Funções
2.04 Demonstração das Alterações no Capital Próprio
2.05 Demonstração dos Fluxos de Caixa
PEQUENAS ENTIDADES / NCRF-PE
2.06 Balanço - Modelo Reduzido
2.07 Demonstração dos Resultados por Naturezas - Modelo Reduzido
2.08 Demonstração dos Resultados por Funções - Modelo Reduzido
MICROENTIDADES / NC-ME
2.09 Balanço - Modelo ME
2.10 Demonstração dos Resultados por Naturezas - Modelo ME



VOLTAR AO MENU INICIAL	ABC, SA 31 de julho de 2017
Mapas Diversos	
3.01	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
3.02	Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos
3.03	Balanço Comparativo (modelo geral NCRF)
3.04	Demonstração comparativa de Resultados por Naturezas (modelo geral NCRF)
3.05	Demonstração comparativa de Resultados por Funções (modelo geral NCRF)
3.06	Mapa comparativo de Gastos e Rendimentos
3.07	Common Size Analysis do Balanço (modelo geral NCRF)
3.08	Common Size Analysis da Demonstração de Resultados por Naturezas (modelo geral NCRF)
3.09	Mapa de Indicadores de Rentabilidade
3.10	Listagem Geral de Indicadores Económicos e Financeiros
3.11	Avaliação da Empresa pelas diversas Abordagens

VOLTAR AO MENU INICIAL	ABC, Lda. 31 de julho de 2017
Modelo 22 do IRC e Anexos	
4.01	Anexo A : Derrama Municipal
4.02	Anexo C : Regiões Autónomas
4.03	Anexo D : Benefícios Fiscais
4.04	Anexo E : Regime Simplificado
4.05	Modelo 22 do IRC
4.06	Elementos associados ao Modelo 22 do IRC



VOLTAR AO MENU INICIAL		ABC, Lda. 31 de julho de 2017
Gráficos	Elementos Visualizados	
1. Repartição dos gastos e perdas no ano de 2015 por contas de Razão	Classe 6, por contas de razão no ano de 2015	
2. Repartição dos gastos e perdas no ano de 2016 por contas de Razão	Classe 6, por contas de razão no ano de 2016	
3. Repartição dos gastos e perdas no ano de 2017 por contas de Razão	Classe 6, por contas de razão no ano de 2017	
4. Comparação anual dos gastos e perdas por contas de Razão	Classe 6, por contas de razão, em ambos os anos	
5. Repartição dos rendimentos e ganhos no ano de 2015 por contas de Razão	Classe 7, por contas de razão no ano de 2015	
6. Repartição dos rendimentos e ganhos no ano de 2016 por contas de Razão	Classe 7, por contas de razão no ano de 2016	
7. Repartição dos rendimentos e ganhos no ano de 2017 por contas de Razão	Classe 7, por contas de razão no ano de 2017	
8. Comparação anual dos rendimentos e ganhos por contas de Razão	Classe 7, por contas de razão, em ambos os anos	
9. Repartição dos gastos e perdas no ano de 2015 por contas de 2º grau	Classe 6, por contas de 2º grau no ano de 2015	
10. Repartição dos gastos e perdas no ano de 2016 por contas de 2º grau	Classe 6, por contas de 2º grau no ano de 2016	
11. Repartição dos gastos e perdas no ano de 2017 por contas de 2º grau	Classe 6, por contas de 2º grau no ano de 2017	
12. Comparação anual dos gastos e perdas por contas de 2º grau	Classe 6, por contas de 2º grau, em ambos os anos	
13. Repartição dos rendimentos e ganhos no ano de 2015 por contas de 2º grau	Classe 7, por contas de 2º grau no ano de 2015	
14. Repartição dos rendimentos e ganhos no ano de 2016 por contas de 2º grau	Classe 7, por contas de 2º grau no ano de 2016	
15. Repartição dos rendimentos e ganhos no ano de 2017 por contas de 2º grau	Classe 7, por contas de 2º grau no ano de 2017	
16. Comparação anual dos rendimentos e ganhos por contas de 2º grau	Classe 7, por contas de 2º grau, em ambos os anos	
17. Repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos no ano de 2015	Sub-contas de Fornecimentos e Serviços Externos no ano de 2015	
18. Repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos no ano de 2016	Sub-contas de Fornecimentos e Serviços Externos no ano de 2016	
19. Repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos no ano de 2017	Sub-contas de Fornecimentos e Serviços Externos no ano de 2017	
20. Comparação anual dos Fornecimentos e Serviços Externos	Sub-contas de Fornecimentos e Serviços Externos, em ambos os anos	
21. Comparação anual do Balanço	Elementos do Balanço por grandes grupos, em ambos os anos	
22. Evolução de alguns indicadores (I)	Evolução de alguns indicadores	
23. Evolução de alguns indicadores (II)	Evolução de alguns indicadores	
24. Evolução de alguns indicadores (III)	Evolução de alguns indicadores	
25. Comparação anual de Avaliações da Empresa	Evolução da Avaliação da Empresa pelas diversas abordagens	